



**MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS**

**SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS  
HUMANOS**

**DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**

**39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNCD/LGBT – CONSELHO NACIONAL  
DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE  
LGBT**

**Dia: 27 de Junho de 2017**

**Minuta da Ata da ordem do dia 27 de Junho de 2017.**

## **MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS**

### **SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**

#### **DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**

### **MINUTA ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNCD – CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LGBT.**

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e dezessetes, às nove horas e quarenta minutos, teve início a trigésima nona Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT. Estiveram presentes os membros do Conselho: Presidente do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT Sr. José Carlos Bueno do Prado – Zezinho do Prado, a Sra. Liliane de Oliveira Caetano - representante titular do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, Sra. Chopelly Santos - representante titular da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA, A Sra. Janice Alves Rodrigues – representante suplente da Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL, Sr. Clovis Arantes - representante titular da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT, Sr. Gil Santos – representante titular da Central de Movimentos populares - CMP, Sr. Daniel de Jesus dos Santos Costa – representante suplente do Fórum Nacional da Juventude Negra - FONAJUNE, Sr. Walmir Siqueira – representante titular da Central Única dos Trabalhadores - CUT , Sr. Lucas Alencar de Oliveira – representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Sr. Washington Luiz Dias – representante titular da Rede Afro LGBT, Sr. Cássio Guilherme Maciel Dias – representante titular da Articulação Nacional de Gays Jovens - ARTGAY JOVEM, Sra. Tathiane Aquino de Araujo – representante titular da Rede Trans Brasil, Sra. Luma Nogueira de Andrade – representante titular da Associação de Estudos da Homocultura – ABEH, Sr. Liorcino Mendes Pereira Filho – representante titular da Articulação Nacional de Gays - ARTGAY, Sra. Manuela Dutra Macedo – representante titular da Casa Civil da Presidência da República, , Sr. Frederico Coutinho – representante suplente da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos Humanos/MDH, Sra. Irina Abigail Teixeira Storni – representante titular da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, SPM/PR, Sr. Rogério Vilela Borges de Andrade Franco, representante titular da Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial/MDH, Sra. Jéssica da Silva Rodrigues – representante do Ministério da Saúde, Sr. Mauro Lúcio de Barros, representante suplente do Ministério da Educação, Sra. Adrianna Figueiredo Soares Silva – representante do Ministério do Desenvolvimento Social, Sr. Eliseu de Oliveira Neto – representante suplente do Ministério da Cultura, Sr. Eduardo Gomor dos Santos – representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Sr. Fábio Costa de Souza, representante titular da Secretaria de Previdência Social do Ministério da Fazenda. O Presidente faz uso da palavra, dando início a do CNCD/LGBT, após a verificação do quórum. A 39ª Reunião Ordinária do CNCD/LGBT tem previsão de terminar às 13hs, visto a necessidade de preparação da Mesa Diretora para a audiência com a Ministra de Estado de Direitos Humanos, que acontecerá às 15hs. O Presidente lembra as Entidades da Sociedade Civil de que, tão logo termine a 39ª Reunião Ordinária, haverá reunião preparatória para que os pontos a serem abordados com a Ministra sejam definidos, conforme o combinado. O Presidente faz referência a proposta de pauta, enviada previamente à reunião, sinalizando que há necessidade de inclusão de dois pontos, para os quais solicita aprovação: 1) os informes das Entidades e das representações do Governo Federal; e 2) a discussão sobre as

informações que circularam nas Redes, por meio de um documento “sem pai nem mãe eu sem pai sem pai ou sem mãe sem mãe” sobre o disque 100. O Presidente informa à Plenária que a Secretária Flávia Piovesan compareceu à reunião da Mesa Diretora, ocasião em que foi solicitada maiores informações. Também foi solicitado à Secretária que estivesse presente na abertura desta Reunião para que compartilhasse informações sobre o Disque 100 com toda a Plenária. Entretanto, como já havia assumido compromisso para o dia 27/06/2017, a Secretária Flávia pediu que o Conselheiro, representante da SNPDDH, Frederico, falasse em nome do Secretário. O Presidente pergunta a Plenária se há mais pontos a serem acrescentados. Não havendo nenhuma manifestação, o Presidente aprova a pauta da 39ª Reunião Ordinária do CNCD/LGBT, ressaltando que a audiência com a Ministra deve ser retirada da agenda, já que não será uma atividade na 39ª Reunião ordinária, como também deve ser retirada a discussão sobre a Campanha LGBT, que deverá acontecer durante a reunião das Entidades da Sociedade Civil, que ocorrerá às 13hs. O Presidente dá início aos pedidos de inscrições para os informes. Conselheira Liliane faz uso da palavra: Quero informar que, como já informado para sociedade civil lá na Reunião de Manaus, que a chapa única do CFESS havia sido eleita e já tomou posse a nova gestão do CFESS para o próximo triênio. Dizer que é uma gestão de continuidade. Então, continuaremos nas lutas e nas nossas bandeiras de lutas, dentre elas estão os direitos da população LGBT. Dizer, também, sobre algo que eu mencionei, na reunião do Amazonas para a Sociedade Civil, que nós somos a primeira entidade, no âmbito das categorias profissionais, que aprovamos, e a gente mandou isso por e-mail para os Conselheiros e Conselheiras, que aprovamos que a nossa Carteira de identidade Profissional tenha a utilização do nome social. E, não só isso, o nome social vai ficar na frente e o nome de registro vai ficar atrás. Isso é uma grande conquista porque a gente sabe de todos os entraves da utilização do nome social, quando o nome de registro está junto; e por ser uma carteira de identidade que tem fé pública, em todo território nacional, enquanto identidade. Então, foi toda uma batalha para que isso pudesse ser aprovado. Então, a gente entende que foi uma grande conquista. E, deixar aí a sugestão de que isso seja colocado para as outras categorias profissionais, como uma possibilidade. Essas práticas precisam ser visibilizadas e reconhecidas para que outras entidades possam também adotá-las. Eu gostaria de fazer algumas perguntas. Eu não sei se já cabe nessa pauta de informes, ou se deixa para um outro momento. O Presidente faz uso da palavra: Qual é o ponto, Conselheira? Conselheira Liliane retoma o uso da palavra: O primeiro é que, talvez a Katia vá informar sobre isto, é que o CFM (Conselho Federal de Medicina), nas reuniões que estão acontecendo para a discussão da Resolução, com relação às travestis e às transexuais, convidou o CNCD e a gente precisa definir quem vai compor esse espaço. Além disso, tenho outras perguntas e colocações, por exemplo, com relação ao que o CFESS vem sempre colocando aqui sobre a questão das Atas que não estão sendo publicizadas, ainda. A gente entende que tem aí toda uma questão da forma como essas atas são construídas, toda essa burocracia com relação a isso. Mas dizer que o fato concreto é que é a última Ata que está disponibilizada no nosso site é muito antiga. A gente precisa fazer com que essas nossas reuniões e que as nossas discussões também apareçam para a sociedade. A gente fica sempre falando que a gente precisa ser mais atuante, mais próximos aos anseios da população LGBT, e esta é uma das formas que a gente tem. Queria sugerir que, enquanto a gente não tenha essa questão desse fluxo tão rápido da aprovação das atas, que a gente tenha uma planilha com todas as deliberações que são aprovadas em Pleno para que todas as Conselheiras e Conselheiros possam monitorar as deliberações de encaminhamento do Pleno, porque isso é mais rápido e é mais fácil para gente monitorar. Então, isso foi deliberado em Pleno, isso iria, automaticamente, para essa planilha para que se conseguisse ter uma maior facilidade no acompanhamento e monitoramento das questões que a gente aprovada em Pleno. Eu acho que é isso. Também gostaria de solicitar informações sobre a questão da audiência no STF, como é que está isso, se tem alguma informação ao respeito, porque já tinha sido colocado em outras reuniões. Sobre o Registro Executivo da Reunião no Amazonas, que já foi disponibilizado, a Katia já mandou por

e-mail e fiz algumas contribuições, gostaria de solicitar algum prazo para que as Conselheiras e Conselheiros se manifestassem com relação ao que a Katia colocou, às sugestões que eu fiz para a gente conseguir para aprovar e conseguir publicizar esse documento. A Conselheira Tatianne, da Rede Trans faz uso da palavra: Queria, aqui fazer um relato da primeira representação do Conselho no Comitê Nacional do Tráfico de Pessoas (CONATRAP). O Comitê, que estava desativado, tinha, mais ou menos, um ano e meio. E, houve uma reunião no início do mês de maio. A reunião foi, justamente, para tratar, totalmente, da reformulação do espaço. O Comitê ainda é um espaço que congrega instituições da Sociedade Civil, Conselhos e Instituições Acadêmicas e outros órgãos que, na época, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) achava interessante, achava prudente. Mas está se pensando numa metodologia mais inclusiva, mais participativa, divulgando as intenções das vagas, e aí propiciando que outros atores e outras pessoas interessadas no tema. Esse foi o foco do primeiro momento da reunião. À tarde se falou no Seminário Internacional que vai acontecer no Rio de Janeiro. O Seminário vai tratar, justamente, de tráfico de pessoas e esse Conselho reivindicou uma maior visibilidade da situação das pessoas trans, que ainda são traficadas no Brasil, tanto nas fronteiras que cortam a região norte quanto na situação da migração da nossa população para a Europa, nos grandes Centros. Inicialmente, num clima de um dia reunião corrida, com voos marcados para o final da tarde, eu acho que já ter algum indicativo da pauta LGBT, já foi um bom começo. Uma outra questão, Presidente, como Conselheira Nacional de Saúde pela Rede Trans, única vaga de pessoa trans que lá ocupo, eu coordeno a CIP, que é uma Comissão que trata de assuntos para as populações vulneráveis, para trabalhar a equidade entre os movimentos. Daí, a gente descobriu que através de uma Portaria, lá do Ministério da Saúde, desresponsabiliza o governo federal, através da Central Nacional de Regulação de Cirurgias de Alta Complexidade, da cirurgia do processo transexualizador. Todos nós sabemos aqui que a cirurgia é o último passo de um processo longo, que o SUS garante, que é o processo transexualizador. Mas a pior *via crucis* é no momento que a gente chega, na situação das nossas companheiras, é para realizar realmente o final dessa sentença, que é a cirurgia. E, aí onde é que chega o primeiro problema: o Brasil tem o processo transexualizador. Não em todos os centros formados, como previu. E, aí essas meninas dependem de uma fila de espera. Essa fila de espera tem a participação do governo federal, através da Central Nacional de Regulação de Cirurgias de Alta complexidade. Quando essa Portaria desobriga o Governo federal de ter essa responsabilidade, joga para estados e municípios. A Portaria é bem clara, joga para estados e municípios a pactuação. E a gente sabe, que Porto Alegre, Marina é de lá, ela sabe que existe uma fila imensa, só do Rio Grande do Sul, para realizar a cirurgia. Recebe pessoas de outros estados para o tratamento e não tem como o governo do Rio Grande do Sul não garantir o tratamento, primeiramente, para as pessoas do Rio Grande do Sul. Então, a perversidade está sendo feita de uma forma maior. Ao invés de aumentar o compromisso e a pactuação entre estados e municípios, mostrando o interesse do Governo Federal, ele passa a bola. Isto já foi pautado no Plenário do Conselho de Saúde; já foi aprovado uma resolução e, eu acho que é passível deste Conselho, elaborar uma nota, direcionada para o Ministério da Saúde, repudiando situação, solicitando que seja, como no Pleno do CNS, como vai ser na próxima reunião, recomendado, que providencie a retomada da regulação do acesso ao processo transexualizador pela Central Nacional de Regulação de Alta Complexidade, CMRAC, conforme art. 12 da Portaria GMS de 2803/2013 do Ministério da Saúde e revogue a Portaria 807/2017. Essas são as Duas portarias aqui garantia e aqui derruba a obrigatoriedade do Governo Federal na questão da cirurgia das pessoas trans, ok Presidente? Presidente faz uso da Palavra: ok, Tathiane, entendida e a pergunta é a seguinte: você teria condições de dar um pouco de redação? Alguém poderia ajudar a Tathiane com a redação? Conselheira Tathiane faz uso da palavra: Eu e a Lili já temos alguma coisa produzida. Presidente faz uso da palavra: a gente produz uma nota e esse Conselho pode aprovar dentro dessas linhas. Pode ser em linhas gerais. E, depois, uma coisa mais apropriada. Pode ser Conselho? Conselheira Tathiane retoma uso da palavra: A Rede

Trans realizou, em São Paulo, em parceria com o Departamento Nacional DST/AIDS; a ONU; e o CRD – Centro de Referência da Diversidade de São Paulo; e o Grupo Pela Vidda, a “Ação Transada” foi um ciclo de atividades de 15 de junho a 18, durante o período das atividades da Parada do Orgulho São Paulo. Foi a primeira entidade Nacional Trans em fazer uma parceria e visibilizar ações exclusiva população Trans durante a Parada do Orgulho de São Paulo. Tivemos uma barraca na quinta-feira. Contamos com a visita dos Conselheiros Valmir e Zezinho. Clóvis também passou lá pela barraca. Na barraca, fizemos uma sensibilização, divulgamos um panfleto nosso que trata de identidade de gênero. Que conscientiza as pessoas sobre o que é a nossa realidade; a nossa realidade de luta por identidade, trazendo a nomenclatura do que trans, o que é mulher trans. Isso conscientiza muito as pessoas. Fizemos na barraca a primeira a triagem do Senso Trans. Na sexta-feira realizamos um ciclo de debates no Hotel Novo Mundo no do salão do Hotel Novo Mundo, contamos com a participação da ONU. Discutiremos a apropriação das denúncias, a situação das denúncias de violações das pessoas trans junto aos organismos internacionais, avançamos muito na construção disso. E, finalizamos no sábado com uma ação institucional, onde fizemos, a noite, o lançamento do senso trans: visitamos três locais de prostituição em São Paulo com 14 militantes nossas filiadas e, fizemos de oito da noite às duas da manhã a primeira, e iniciamos pesquisa de campo de rua. Então, a Rede Trans, também, anuncia, aqui nos informes, que está realizando, nos 27 estados, através de suas filiadas e, em parceria com algumas universidades para fazer o primeiro levantamento do perfil socioeconômico da população trans no Brasil. Eram esses os informes. O Presidente faz uso da palavra: Tatiana então fica aqui anotado a questão da nota. A Conselheira Jéssica, do Ministério da Saúde faz uso da palavra: O primeiro informe é sobre a direção do nosso Departamento. No Ministério da Saude, eu faço parte do Departamento de Apoio a Gestão Participativa e ao Controle Social e, recentemente, houve uma mudança na Direção, Esdras não está mais diretor. Agora, é a Sra. Vanessa Une. Ela ainda está como Diretora Substituta. Ainda não temos informação sobre o diretor ou diretora oficial. Na nossa equipe técnica da Política de Saúde LGBT, o nosso colega técnico Andrey Lemos também saiu do DAGEP. O colega Marcos Vinícius também está saindo. Então, por enquanto, temos 2 pessoas na equipe técnica da Política de Saúde LGBT no Ministério da Saúde. Estamos buscando substituições. É para informar porque os Conselheiros demandam da gente respostas, mas se demorar um pouco é por causa desse processo que a gente está passando dentro do Departamento. Com relação a reunião do CFM, o Comitê de Saúde LGBT também foi convidado: dois (02) representantes. Nós estamos tramitando o pedido de apoio para passagens na Secretaria Executiva do Ministério da Saúde. Porque, agora, todos os pedidos de apoio passam pela Secretaria Executiva do Ministério da Saúde. E, seria interessante se vocês decidissem os nomes pra gente não repetir. Porque alguns Conselheiros daqui são integrantes do Comitê também. Pra gente ter uma representação maior e não repetir as representações. Em julho, nós vamos ter 2 eventos: o Seminário preparatório para segunda conferência nacional de saúde das mulheres; e, oficina técnica do processo transexualizador. O Seminário está sendo organizado junto com o Conselho Nacional de Saúde (CNS), e estão sendo convidadas mulheres de diversos segmentos do Brasil todo. Serão cerca de 200 convidadas, participando desse Seminário, que vai ser realizado Brasília, na Fiocruz, em 18 e 19 de julho. Em 25 e 26 de julho a gente vai ter a oficina técnica do processo trans, onde vão participar gestores e profissionais de saúde, para articulação de rede e conversar sobre fluxos do processo Trans: hormonioterapia e o processo cirúrgico. 25 e 26 de julho, a gente já convidou a Conselheira Tathiane, que é também Conselheira Nacional de Saúde, para falar em uma mesa que tratará da Cidadania Trans. Os participantes vão ser todos profissionais de saúde ou gestores de saúde dos estados e municípios onde tem serviços do processo trans. Em relação, a Central Nacional de Regulação, que a Conselheira Tathiane citou, essa Portaria 807 de Março, e o que acontece é: na Portaria que redefine e amplia o processo Trans, que é a 2803/2013, existia no art. 12 a instrução de que as cirurgias deveriam ser reguladas pela CNRAC. Desde a implantação dessa Portaria, até

hoje, esse processo de regulação da CNRAC ainda não tinha sido implantado. No ano passado, nós iniciamos uma conversa com o DERAC – um Departamento dentro do Ministério da Saúde que articula a CNRAC – e iniciamos tratativas. Eles, inclusive, anotaram todos os serviços habilitados do processo trans para ter uma ideia de como construir esse fluxo da Central Nacional de Regulação de Cirurgias. Eles já estavam num processo inicial de produção desse fluxo; de como seria essa Central de Regulação quando, em março, a gente foi pega de surpresa por essa Portaria 807. Enquanto DAGEP, a gente foi ao DERAC perguntar o que tinha acontecido, já que, no nosso entender, a gente ainda estava conversando sobre a construção da CNRAC. Eles informaram que chegaram à conclusão de que, por enquanto, a Rede de Serviços é pequena e ela está saturada. Por isso, a gente precisa ampliar a rede, primeiro, para depois conseguir construir uma central de regulação, porque os serviços, eles não tinham vagas de cirurgias remanescentes. Então, é Nossa prioridade zero aumentar a habilitação de locais que fazem cirurgia do processo transexualizador e a CNRAC e o DERAC, eles disseram que estavam abertos para discutir a questão dessa Portaria e a CNRAC pode sim voltar a integrar e fazer parte do processo trans. Mas a gente vai precisar ampliar a rede e aumentar o número de vagas. É isso. O Presidente faz uso da palavra: Isso quer dizer que reforça a necessidade da nossa nota de repúdio a essa questão levantada pela Conselheira Tatiane. A Conselheira Tathiane faz uso da palavra: É necessário que a gente fique de olho nos documentos que estão sendo elaborados. Isso era embutido em uma Portaria; entrava o nosso processo transexualizador, daí isso fica esquecido. O Presidente faz uso da palavra: No que diz respeito ao Comitê que a Jéssica coloca, da indicação de duas pessoas, a gente precisa conversar para saber se a gente já tem essas duas pessoas. Eu acho que não. Não temos. Por favor, Katia, dê uma explicada, pra gente definir como fica essa questão e como funciona. A Secretária Executiva Katia faz uso da palavra: Conselheira Liliane, o CFM fez um convite à Coordenação Geral do Conselho. Não fez ao Conselho. Conselheira Liliane faz uso da palavra: Eu componho essa Comissão e a indicação que foi feita, que inclusive, eu sugeri, foi para o CNCD/LGBT. Não sei como foi feito. O Presidente faz uso da palavra: o que a Katia está dizendo é que, ao fazer o convite invés de vir para o CNCD veio para governo. Veio para a Coordenação, não veio para o Conselho. Então, precisava dar uma olhada e ver. Pode ser que, na hora da redação do convite, eles tenham entendido que estavam enviando para o Conselho. É preciso que o CFM envie um convite dirigido ao Conselho para que a gente tenha essa possibilidade de indicação. Eu só queria que a Conselheira visse isso com a Katia e conferisse o que chegou e conversar e interferisse lá no CFM, porque o assunto muito nos interessa. O Conselheiro Gil faz uso da palavra: Conselheiro Gil Santos, represento a CMP, Central de Movimentos Populares. Resido em São Paulo. Gostaria de falar sobre a Parada LGBT de São Paulo, realizada no dia 18 de junho, com a presença de mais de 3 milhões de pessoas; teve 12 trios elétricos; bastante cantoras, como a Daniela Mercury dentre outros. Foi boa, a festa foi bonita. Mas o bom de tudo mesmo é que foi a mais política de todas as outras edições da Parada de São Paulo. A população se manifestou politicamente, mais do que nas anteriores. No primeiro trio da Associação da Parada, houve a palavra de ordem. A população delirou quando a pessoa que estava falando ao microfone gritou o fora Temer, Diretas, Já e nenhum Direito à menos. Em princípio, quando cheguei, por volta das 13hs, eu não fui feliz nessa Parada, no sentido da violência que eu sofri, nesse dia, por transitar e querer atravessar de uma calçada para outra. Os cordeiros do primeiro trio da Parada não permitiram que eu passasse. Porém, eu já tinha me apresentado para ele e falado com dá importância de eu transitar para o outro lado da calçada, porque eu estava indo até o trio 12 onde faço militância, todos os anos, juntamente com o Coletivo LGBT da CUT. Todos os anos a CUT coloca o seu trio elétrico na Parada LGBT. Porém, por eles me impedirem de atravessar, eles me bateram. Foram três (03) homens e uma (01) mulher. A mulher mordeu o meu braço. Os caras me empurraram e me jogaram como se eu fosse um saco de lixo e fui parar no outro lado. Eu levantei e perguntei o porquê eles tinham me batido. Por que me jogaram no chão? Daí, o outro foi e fez a mesma coisa. Eu já caído. Eu estava com uma

garrafinha de água que estava escrito Direitos Humanos. No meu nervoso, eu joguei a garrafa nele, mas não pegou. E não tinha nem forças, porque já tinha apanhado e caído no chão. Aí, eu levantei, pela segunda vez, e chegou um outro com 1.80m, mais ou menos, pegou no meu pescoço, com uma mão só, e me jogou também no chão. Aí começaram os três (03) a me pisar. É um pessoal treinado para bater de uma forma que machuque tudo por dentro, mas não quebre nada: não quebre o osso e nem deixe sangrar, para não deixar rastros do que aconteceu. Sozinho eu estava e sozinho fiquei e no meio de uma multidão enorme. E fiquei mais só ainda porque eles aproveitaram o momento e ainda levaram o meu celular que estava no bolso. Não tive como me comunicar com ninguém. Sozinho, quase desmaiando, fui andando devagar para pegar o trio da CUT e falar com o Coletivo. Estou indo para o hospital porque estou passando mal. Na volta, pela multidão novamente, não aguentei. Parei em uma ambulância e pedi socorro. A enfermeira me levou até o Socorro, onde me deram medicamento e consegui chegar até a UBS da Sé, que fica em São Paulo, onde fiquei em observação. Tomei injeção e 2 comprimidos para pressão. Coisa que nunca tive foi problema de pressão, gente. E, estou tomando até hoje. Estou com problemas de saúde até hoje, devido a essa violência. Ainda estou com medo desses sintomas de dores que eu sinto. E, já tem uns oito (08) dias, eu acho. Eu falei na Câmara Técnica e pedi à Câmara de Legislação e Normas apoio e o Conselho Nacional pudesse fazer uma nota, repudiando essa violência física que aconteceu comigo, sem motivo algum. De fato, se era transfobia eu não sei. Eu só sei que não vi nenhum motivo para eles fazerem isso comigo. Eu gostaria que fosse também encaminhado para Câmara Técnica de Violência, para que pudesse me ajudar a encaminhar alguma coisa, nesse sentido. Ainda mais, eu estava vestido com a camiseta da CUT. Me apresentei como CUT, como CMP e como Conselho Nacional LGBT. Mas nem assim, eles quiseram ouvir. Eles não são contratados pela Prefeitura, a empresa terceirizada, para violentar ninguém e sim para proteger as pessoas. Porque se eles são cordeiros, eles separam as pessoas do trio para não se machucarem no trio. E, o que eles fizeram? Eles soltaram as cordas pra virem me violentar. Eu, 1m58cm, homem trans apanhar de dois homens “heteros” enormes e de uma mulher, ainda mordeu o meu braço, sem necessidade. Concluindo: eu estou aqui também pedindo apoio a todo o Conselho, que a gente faça essa nota, assinada por todos e todas Entidades e Conselheiros. A Conselheira Luma faz uso da palavra: Inicialmente, dar conta do momento da Instituição à qual represento, que no caso é a Associação Brasileira de Estudo da Homocultura. Trarei algumas atividades e agendas de apoio e compartilhadas com a ABEH que são, inclusive de associados nacional; pesquisadores e pesquisadoras docentes das universidades. Então, nós temos na UNILAB, dia 29, em comemoração ao Orgulho LGBT, nós teremos uma mesa com um colega, professor da Universidade de Nova Iorque, onde ele irá tratar, especificamente, da temática “Por uma poética da diferença: sexualidade e espaços de inclusão”. Então, é um convidado da gente que vai fazer essa atividade na UNILAB. No dia 5 de julho vai estar também, em atividade no Núcleo de Pesquisa o qual eu pertencço e que também faz parte da ABEH, a Tati Quebra Barraco, onde nós iremos fazer uma discussão sobre o funk, o feminismo e o transfeminismo. Nós iremos fazer essa mesa compartilhada, trazendo essa discussão que é interessante. Outro evento, também de nossa contribuição, de nossos associados, é do dia 30 de julho à 4 de agosto, que é o “Fazendo Gênero”. Evento que ocorre em Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina. Do dia 10 a 13 de outubro, nós teremos o “Desfazendo Gênero, que é em Campina Grande, na Paraíba, outro grande evento. Do 6 a 8 de setembro, em Salvador, o “Enlaçando”, que é também de nossos associados. É uma atividade compartilhada com a ABEH. E, do dia 1 a 4 nós estaremos na UNIFESP, em São Paulo, no primeiro encontro brasileiro de saúde trans, onde também haverá uma discussão de teor acadêmico, em relação a estas temáticas. Dada as nossas atividades de atuação junto à instituição, entrou em discussão a questão que foi colocada pelo nosso membro do Conselho que é o Gil.E, foi deliberado, em consenso, que, unanimemente, é que nós informaríamos à Câmara Técnica violência do corrido e que esta câmara da Combate à Violência do ocorrido e, que está Câmara, dada a sua

responsabilidade específica, tomasse as providências que fossem necessárias e que contasse com o nosso apoio. Mas a gente não poderia passar por algo que especificamente da deliberação e dá de conta da responsável da Pasta daquela Câmara. Então, a gente já passou pessoalmente eu já falei com a Tati e a Liliane, também estava presente, que compreenderam que, de fato, a Câmara poderia fazer essa nota. Então, fica a cargo deles. Eles vão se reunir e deliberar pela apresentação, ou não, da nota. O Presidente faz uso da palavra: alguma coisa Tathiane, Lili e o pessoal da Câmara Técnica de Combate à Violência sobre essa questão da nota de repúdio à agressão sofrida pelo Gil? Há alguma possibilidade, diante dessa sugestão da Luma? Conselheira Tathiane faz uso da palavra: Lili pode sentar com o Gil. Quando a gente acabar aqui, a gente tem aquela atribuição da Mesa Diretora, eu já estou fazendo a do CNS. O Presidente faz uso da palavra: Eu tenho uma sugestão: a gente pode pegar o que a CUT/São Paulo fez e a que a ARTGAY também fez, e só mudar a parte de cima, pode ser? Posso mandar no WhatsApp da Lili e muda só o enunciado, porque lá tem todos os dados do que aconteceu. Conselheira Tathiane faz uso da palavra: Cássio vai fazer. O Presidente faz uso da palavra: só uma pergunta, Cássio e Daniel: Vocês chegaram a receber no WhatsApp de vocês a nota da ARTGAY e da CUT? Já tem, ok. O Conselheiro Frederico faz uso da palavra: Sei que a Campanha, o lançamento da Campanha LGBT não entrou como pauta, agora no período da manhã. Mas vai ser objeto de conversa da sociedade civil, acho que no período do almoço. Mas é importante a gente vir aqui fazer esse convite à todo o Conselho para o lançamento dessa Campanha, hoje, às 17 horas, no Bloco A. Acredito que todos tenham recebido o convite. A ideia dessa campanha realmente era fazer algo em uma linguagem positiva. Era tentar provocar uma reflexão junto a grande massa da sociedade que está disposta a escutar; que está disposta a argumentação sobre a sensibilização da naturalidade das múltiplas identidades de gênero e orientações sexuais. Então, essa foi a proposta da Campanha que vai ser lançada, hoje. É importante também falar que nós levamos essa ideia, assim que a Ministra deu o sinal verde para que essa Campanha ocorresse, nós levamos essa ideia da Campanha à Mesa Diretora. Estavam presentes, nessa reunião da Mesa Diretora, o nosso Presidente Zezinho, o companheiro Washington, a Katia estava presente comigo e também o Daniel. Nesse momento, a Mesa Diretora informou que o Conselho não gostaria de ser parte na Campanha do governo, porque era uma campanha de governo. Então, o Conselho não queria aprovar, não se sentia confortável em participar de uma campanha que estava sendo elaborada pelo governo. Nós, naquele momento, entendendo toda a dificuldade do cenário político que vivemos antes, naquele momento e ainda hoje. Nós entendemos e respeitamos a posição da Mesa Diretora, naquele momento, em não querer se envolver com a Campanha que estava sendo proposta. De qualquer forma, havendo uma janela de oportunidade naquele momento para que a gente desenvolvesse uma Campanha voltada para o respeito às diferenças e para que a gente possa, no mínimo possível, tentar desconstruir alguns preconceitos contra população LGBT, a nossa equipe técnica - Marina, Katia e o Eduardo - manteve as discussões junto a Comunicação do Ministério e junto a Secretaria de Comunicação da Presidência para tocar essa Campanha. Então, é importante fazer esse esclarecimento. E, eu sei que o Conselho foi convidado; o Zezinho foi convidado para estar presente na Mesa de Abertura do lançamento da Campanha. E, como foi mencionado pela A Secretária Flávia Piovesan, ontem, na reunião da Mesa Diretora, nós respeitamos a posição do Conselho, qualquer posição que este Conselho tenha: seja participar da Campanha, seja não participar da campanha; seja fazer uma fala, seja não fazer uma fala; seja estar presente no lançamento ou não estar presente. O nosso período aqui tem sido marcado por essa relação de respeito. O Conselho é soberano para fazer e tomar suas decisões, inclusive considerando o momento político que nós estamos. Nesse sentido, então, gostaria de fazer esse esclarecimento e informar que nós estaremos lá, hoje, às 17hs:00 para o lançamento dessa Campanha. Nós gostaríamos que esse momento fosse um momento de celebração, um momento festivo, um momento de tranquilidade para que as pessoas pudessem replicar essa Campanha, para que as pessoas pudessem discutir e promover, cada vez mais, o necessário esclarecimento



junto à população em geral, em relação a essa nossa necessidade de naturalização das questões LGBT. Seria muito importante, na minha opinião, que vocês participassem. Mas, óbvio fica para a institucionalidade desse Conselho decidir se entende cabível fazer esse tipo de representação, ou não, nesse momento. O Conselheiro Clóvis faz uso da palavra: A minha fala é rápida. É só para fazer um convite: no período de 10 a 13 de agosto, a ABGLT estará realizando seu Congresso, que é instância máxima da nossa instituição, onde nós vamos estar discutindo a questão da conjuntura e também realizando a eleição da direção Nacional da ABGLT. O Congresso será em Belo Horizonte, no período de 10 a 13 de agosto. Estou fazendo o convite para que cada um e a cada uma, deste Conselho, para se fazer presente. Nós vamos estar passando, depois, o convite, inclusive para a Mesa Diretora do Conselho e para cada instituição que participa deste Conselho. Conselheiro Eduardo Gomor faz uso da palavra: Também vou ser rápido. É só um informe sobre uma consulta pública. O Ministério do Planejamento está coordenando um grupo de trabalho sobre os mecanismos de verificação da Lei 12 990, a Lei de cotas raciais para concurso público. Esse informe é mais direcionado para as organizações de negros e negras deste Pleno, mas a gente vai colocar no ar, essa semana ainda se tudo der certo, a consulta pública sobre os procedimentos de verificação, que são as bancas de verificação que estão acontecendo, hoje, para evitar as fraudes nos concursos públicos, visto que pessoas brancas estão ocupando lugares e as pessoas negras. Então, assim que estiver no ar eu vou mandar o link para o Pleno para que vocês possam também difundir para que haja participação social, para efetivação dessa Lei. O Presidente faz uso da palavra: Eduardo, envie sim, porque independente das entidades negras, de qualquer maneira todas as entidades aqui têm dentro da sua militância, a gente tem também a questão negra. Por exemplo, a CNTE tem uma Secretaria de Combate à Desigualdade Racial. É muito importante acompanhar o combate ao racismo. Conselheiro Washington faz uso da palavra: Eu prometo ser breve por conta da nossa pauta. Entre os dias 19 e 21 de Junho ocorreu em Cancun, no México, 47ª Assembleia da Organização dos Estados Americanos da OEA. E, nós da Rede Afro LGBT estivemos lá, participou porque somos da coalizão LGBTI, no âmbito da OEA. E, na ocasião, nós tivemos um grande enfretamento, porque o número de anti-Direitos Humanos cresceu. Na verdade, não cresceu. Na verdade, ele se mostrou muito presente, não só nesta Assembleia, como na anterior. Então, é necessário que as demais organizações também possam ser incorporadas nessa frente de batalha que é grande. A participação do Brasil ainda é muito incipiente. E, a expectativa é que a gente possa contribuir muito mais. Tathiane já me deu a boa notícia que a Rede Trans voltou a participar da Redelac Trans que também compõem essa coalizão LGBTI. Então, eu acho que é um espaço muito importante de contribuição. E, de certa forma, a gente conseguiu pressionar alguns estados nacionais presentes, sobretudo, o corpo de comissários brasileiros e do Canadá que foram parceiros importantíssimos para que a gente pudesse aprovar a resolução que diz respeito à população LGBTI, ainda que a gente não tenha conseguido avançar porque o texto aprovado foi o mesmo aprovado na Assembleia passada. E, aí, como estou falando da OEA, nesse sentido, o Brasil assinou, durante a 43ª Assembleia, da OEA que aconteceu na Guatemala, duas Convenções: uma é a Convenção Contra o Racismo, Discriminação Racial e formas Correlatas de Intolerância que é a convenção 78; e, a outra é a Convenção Interamericana Contra Todas as Formas de Discriminação e Intolerância, que diz respeito, sobretudo, à população LGBTI. Aqui no Brasil, o INSPIR (Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial), está numa campanha para que o Brasil possa ratificar essas duas Convenções. Nós, da Rede Afro, já participamos de uma Campanha internacional também para que os outros estados nacionais possam assinar, possam ratificar esta Convenção. E, aqui no Brasil nós estamos nos somando a INSPIR e a CUT para também mobilizar essa campanha nacional para pressionar o Estado Brasileiro a ratificar esta Convenção. Eu acho importantíssimo que as outras organizações deste Conselho possam se somar a isso, porque o Brasil ratificando essa Convenção, obriga o Estado e passa, na verdade, a legislar, sobretudo, leis que combatam a LGBTfobia e o racismo. Então, eu acho que é

fundamental importância que cada uma e cada um possa se debruçar sobre isso. Para concluir eu tenho só mais outros dois pontos. Eu tenho alguns informes do INSPIR, e bem explicativo e dão a entender o que são essas duas (02) Convenções. E, para concluir, Nós, do Conselho Nacional LGBT vamos participar agora no dia 17 de agosto da 5ª consulta pública do Fórum de Participação Social do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul. Então, vamos quatro membros da mesa diretora: eu, Zezinho, Tathiane e Luma. Além de um membro de cada Câmara técnica: Conselheiro Gil; Conselheiro Valmir; e a Conselheira Liliane. Esta atividade ocorreria, agora, no dia 6, mas, a gente recebeu um comunicado de que foi adiada. O outro informe é que nos dias 26, 27, e 28 de julho este Conselho estará representado pela Câmara Técnica Permanente de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT para participar do primeiro workshop do Labi, que vai ocorrer em Salvador. Então, o Conselheiro Léo Mendes e o Conselheiro Clóvis irão representar o Conselho porque é uma atribuição de nossa Câmara técnica. E, a Câmara Técnica designou os dois (02). Como eu resido em Salvador não tem custos, então, não tem porque ocupar uma dessas duas (02) vagas. A princípio, é isso. O Presidente faz uso da palavra: Washington, como você nisso e, como o Valmir não se inscreveu, que é do INSPIR, que é da CUT, acho que a gente poderia pensar se a gente não poderia aprovar, enquanto uma questão das entidades da sociedade civil, se nós todos entrarmos nessa Campanha pela ratificação dessas duas Convenções. Não necessariamente as várias entidades, mas as entidades da sociedade civil do Conselho tirar isso como uma questão para que a gente realize ações de *advocacy* para que isso possa ser aprovado e ratificado no Brasil. Podemos tocar assim sociedade civil? Conselheiro Washington faz uso da palavra: Tranquilo. Só para deixar nítido, Zezinho, me parece que a 78 está na Casa Civil. Agora, a 79, a gente precisa saber do Silvio, porque ele é a pessoa, aqui no Brasil, que está responsável. O Conselheiro Valmir faz uso da palavra: Na verdade, eu não coloquei nada para não ficar repetitivo o informe, de acordo com o horário. Mas é verdade. A 68 que cuida da questão da discriminação racial já estava na Casa Civil. Com esse Governo, já não sei onde é que está. E a 69, em relação à comunidade LGBT, parou antes. Precisa descobrir onde é que ela está. Quem estava cuidando disso, antes, era o Silvio. Precisa ver se ele sabe onde parou o trâmite da assinatura do Brasil. O Presidente faz uso da palavra: Mas de qualquer maneira, eu quero que a sociedade civil aprove essa questão. Nós vamos fazer Advocacy, vamos correr atrás, dentro do nosso papel, dessas duas (02) Convenções 68 e a 69. Vai estar dentro daquelas questões que a Lili colocou, nas planilhas, para a gente não se esquecer que tem essa tarefa. O Conselheiro Walmir faz uso da palavra: só um a parte, Zezinho. Talvez, seja interessante, e também, convidar a SEPPIR para fazer parte dessa Campanha, porque ajuda na questão racial, também. O Presidente faz uso da palavra: quando eu disse sociedade civil e, como envolve a questão governamental, para corrermos atrás, é preciso escutar da SEPPIR qual é o envolvimento dela, se ela tem autonomia para poder correr atrás. O Conselheiro Valmir faz uso da palavra: Nesse caso, não é a sociedade civil. A SEPPIR faz parte do Conselho. O Presidente faz uso da palavra: é preciso, então, consultar o CNPPIR (Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial). Acho que é uma coisa que dá para agregar sim. Conselheiro Washington faz uso da palavra: Tem reunião, agora, do CNPPIR, me parece de 4 a 6 de julho, nós também compomos o CNPPIR. Não através de minha representação, mas de uma companheira da Rede Afro. E, a gente vai estar fazendo o mesmo informe. Então, é possível a gente articular, também, as organizações que compõem o CNPPIR. O Presidente faz uso da palavra: Então, Washington, daí você já poderia colocar para a representante da Rede Afro que a sociedade civil do Conselho está assumindo de fazer Advocacy para ratificação dessas duas (02) Convenções, pode ser? Conselho Daniel faz uso da palavra: O FONAJUNE também pode se colocar à disposição para ajudar a construir esse grupo de Advocacy. Conselheiro Léo faz uso da palavra: Primeiro, o nosso repúdio ao Comandante da Polícia da cidade de Campinas, em São Paulo, que soltou um ofício, aos policiais da cidade, pedindo para abordar as pessoas negras e pardas na cidade, escancarando, o que a

gente já vem denunciando há tempo, o racismo institucionalizado, no Brasil e, especialmente, na Polícia Militar, que é uma instituição que tem matado um número enorme de jovens negros nesse país. Eu quero falar da resolução número 4 de 2017 do Conselho Estadual de Saúde de Goiás, que foi publicada no Diário Oficial do estado de GO, que fala da política integral da Saúde LGBT, e que a gente já aprovou no Conselho, eu sou o Presidente do Conselho Estadual: 1) normatizar utilização do nome social das travestis e transexuais na Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, porque lá tem uma carteirinha social que é da Secretaria de Segurança e, ela nunca solta essa carteirinha social e a gente entende que o cartão SUS, que já vem com o nome social, deve ser utilizado pelas unidades saúde. Depois, é determinar que as organizações públicas e privadas que lidam com o SUS façam capacitação para atendimento da população LGBT: que a Escola de Saúde Pública de Goiás capacite os servidores e as pessoas que vão ser formadas, para o respeito aos usuários e trabalhadores que são da orientação sexual homo, bi e com as identidades de gênero travestis e transexuais, visando reduzir o preconceito e a discriminação. Também determinar o direito de acompanhamento à acompanhante destinado aos casais de lésbicas, de gays, bissexuais, travestis e transexuais nas unidades de saúde públicas e privadas, inclusive nas religiosas, da mesma forma que é dado esse direito aos casais heterossexuais e determinar que as pessoas com identidade feminina travestis e transexuais sejam atendidas em alas e leitos para pacientes do sexo feminino em todas as unidades públicas e privadas, vinculadas ao Sistema Único de Saúde de Goiás. Determinar, também, a implantação da reprodução assistida para as mulheres lésbicas que não queiram manter relações sexuais com homens. E, por fim, determinar que a Coordenação Estadual de Aids auxilie na desburocratização da entrega dos preservativos, do gel lubrificante, da profilaxia pós-exposição (PeP), especialmente para travestis, transexuais e gays que tenham tido comportamento de risco. Determinar que nos contratos de gestão das OS de Goiás seja incluída a obrigatoriedade da aplicação de todas as medidas e encaminhar à ANVISA e ao Ministério da Saúde a solicitação de que se reduza de 365 dias para 30 dias o prazo de quarentena de todas as pessoas no Brasil que queiram doar sangue: não só dos gays, mas também que tenham feito sexo desprotegido, visto que a atual resolução só proíbe os gays; pede aos gays para ficar um ano sem fazer sexo, se tiverem feito sem preservativo. É uma resolução da época ainda que não se tinha exame de Aids, de teste rápido, porque a janela imunológica não era identificada. Hoje, os testes são de 30 segundos e, é aplicado em 3 minutos, 10 minutos, às vezes, em 30 minutos e consegue detectar, com muita rapidez, até 30 dias, se a pessoa tem HIV ou não tem HIV. Então, a gente entende que a medida da Anvisa, do Ministério da Saúde, é extremamente LGBTfóbica porque ela traz para os gays e para as travestis uma normativa que não traz para os heterossexuais que faz sexo desprotegido, nenhum tipo de exigência que, no nosso ponto de vista, deveria ser para todo o cidadão brasileiro fez sexo desprotegido. Esperar 30 dias para fazer o exame de Aids para só depois fazer a doação de sangue, no Brasil. E, também está no STF a discussão da mudança dessa resolução. O Conselho Estadual de Saúde entende que, como foi a ANVISA, a partir de uma informação do Departamento de Aids no passado, de que gays e travestis tinham muita infecção com HIV, numa época que não se conseguia detectar o HIV numa janela imunológica, muito rápido, porque os exames eram muito demorados e se tinha que esperar dois (02) meses para sair resultado de exame, tomou essa iniciativa. Então, a gente acha que é importante, inclusive, esse Conselho Nacional tenha uma conversa com a ANVISA, com o Ministério da Saúde para reduzir esse prazo de um (01) ano para 30 dias e colocar dentro dele também pessoas heterossexuais, porque heterossexual também é vulnerável ao HIV quando transa sem preservativo. Conselheira Tathiane pede um a parte: É passível de uma nota também, da mesma forma que a gente aprovou a primeira, não Léo? O Presidente faz uso da palavra: Depois, a gente dá uma pensada nisso. De qual será o melhor caminho. O Conselheiro Eliseu faz uso da palavra: Só queria fazer o informe de que o Ministério da Cultura reativou O Comitê Técnico LGBT, mantendo a equipe interior, porque eles nunca tomaram posse. Então, o Comitê não existia de fato. A gente está passando uma turbulência, agora, com a troca de Ministro.

Estamos tentando emitir as passagens para que se possa que o Comitê tome posse. E, também estamos correndo para que se consiga sair com o nosso Edital de Cultura da Paz, que tem recorte de jovens, de refugiados e de LGBT. São mais de 300 prêmios, promovendo a cultura pela paz. Então, começou a ser veiculado no 17 de Maio, no Dia Mundial de Combate a Homofobia. A gente fez um vídeo institucional e começamos a reativar o Comitê e lançar esse prêmio, justamente, com os três grupos que a gente achou mais vulneráveis, e se entende que há tendência da cultura como uma forma de luta contra o preconceito e a discriminação. O Presidente faz uso da palavra: Com respeito a essa questão do comitê técnico é uma questão que vale a pena, aqui, registrar que essa foi uma Campanha desse Conselho, foi uma exigência desse Conselho, tanto é que estava na nossa agenda uma reunião que nós havíamos solicitado com o, então, ministro Roberto Freire e de última hora ela foi cancelada. Estava nessa turbulência. Então, ela foi cancelada e, depois, ele acabou deixando Ministério. É importante a gente ressaltar isso, de que a gente tinha uma agenda marcada, justamente para a reativação desse comitê técnico de Cultura, lembrando que a representação deste com conselho, eleita para este mandato, é a companheira Chopelly. Como esse mandato vai até, um pouquinho, no finalzinho de outubro, vindo ali toda a questão do processo eleitoral, se acontecer alguma reunião do Comitê é a companheira Chopelly. Após, as eleições, a nova composição do Conselho pode e deve pensar em todas as representações: cada vez que o Conselho muda, é preciso pensar em todas as representações que a gente tem, externas, enquanto Conselho. Washington esqueceu de dar um pequeno informe, relativo a uma atividade, aqui em Brasília, diante de todas aquelas coisas que aconteceram de sexta para segunda e para hoje. Conselheiro Washington faz uso da palavra: Então, todas as pessoas acompanharam, aqui, o que sucedeu com a lei distrital, que visava coibir as ações LGBTfóbicas. E, aí, nesse sentido, a Deputada Erika Kokay vai estar indo entregar uma ação no tribunal de justiça aqui do DF. E, algumas e alguns militantes vão acompanhá-la, às 17 horas. Eu acho que a gente, de repente, pode até se somar e também acompanhar essa entrega. Isso vai ocorrer no Bloco no protocolo. O Conselheiro Rogério faz uso da palavra: Em resposta aos Conselheiros sobre as Convenções, a 68 e a 69, a SEPPPIR, em novembro do ano passado, participou de uma audiência pública no Senado, onde ela se posicionou favorável, obviamente, a ratificação. Entretanto, essas tratativas da SEPPPIR com o Congresso são sempre mediadas pela Casa Civil. E, desde então, a Casa Civil simplesmente parou as tratativas. Em outras situações, a gente sempre fazia notas técnicas apoiando à Casa Civil e, a Casa Civil encaminhava ao Congresso. A gente tem bastante interesse, até porque essas Convenções colaboram com a Convenção 169 da OIT, que também é muito interessante para nós. A Conselheira Manuela faz uso da palavra: Sou da Subchefia de análise e acompanhamento das Políticas Governamentais. E, a Subchefia é responsável pela análise do mérito dos atos: seja para dar encaminhamento ao Congresso e sancionar vetos do Presidente. Eu, realmente, não sei em que etapa da tramitação se encontra a Convenção. Mas eu me comprometo a pesquisar e retornar a esse Conselho e sugerir algum encaminhamento e o que pode ser feito para aprovação. O Presidente faz uso da palavra: nós vamos pedir o seguinte: se você conseguir esse tipo de informação e passar para Katia, ela nos repassa para não aguardar a reunião porque daí a gente pode tentar traçar algumas questões. O Rogério não estava, é bom contar com apoio da SEPPPIR, a gente tirou uma essa atividade, agora, também prioritária de advocacy, aqui do Conselho, de aprovação dessas duas (02) Convenções, contando, agora, com a Manuela, minimamente, para nos informar onde estão essas duas Convenções pra gente ver qual é a nossa estratégia e nossos próximos passos. A gente tinha um pouco pautado conversar a respeito da campanha, apenas na sociedade civil. Mas como Fred citou uma questão e colocou, não dá para gente não esclarecer como são as coisas. E aí já quero, diante mão, dizer é que além de mim, vão querer falar o Washington e o Daniel, além da Tathiane. Primeiro dizer o seguinte: no dia 18 de maio, nós estávamos em Brasília e nós fomos convidados para uma reunião informal. Não era Mesa Diretora, porque estávamos, somente eu e o Washington. Tathiane já tinha ido, por conta da passagem e já tinha participado de uma atividade

na ONU, no dia 17; cada um foi no lugar no dia 17. No dia 18, pela manhã, a Luma também esteve com a gente, em uma agenda no Senado, precisou ir embora, por conta do horário da passagem. Permaneceram, aqui em Brasília, eu e o Washington. E, eventualmente, o Daniel que também mora por aqui. Daí a gente foi convidado a vir. O Daniel tem duas dois endereços: em Brasília e em Salvador. Só pra justificar um pouco algumas questões aqui. Não foi Mesa Diretora. A Mesa Diretora são quatro pessoas. 5 com o Silvio: 4 da sociedade civil, como ele é governo nesse caso, especificamente. Tínhamos também de dar um informe das atividades do dia 17 e a participação da Mesa Diretora. Lembram de toda a nossa briga para vir O Conselho como um todo aqui para Brasília dia 17. Mas só conseguimos as passagens para a Mesa Diretora e, ainda a Tathiane estava aqui por outro Ministério e não pelo Ministério de Direitos Humanos, cumprindo uma agenda. Mas ela estava aqui. Então, não era Mesa Diretora como um todo. Viemos Aqui passarmos as informações das nossas participações. O Governo, através do Fred, estavam o Fred e a Katia, colocou essa intenção do governo de fazer uma campanha governamental. Estou dizendo dia 18, mas não esqueçam o que aconteceu no dia 17 de Maio. Não vou lembrar o que aconteceu no dia 17 de Maio no Congresso Nacional, mas é preciso restaurar, recuperar um pouco essa história e do cenário do que tinha acontecido no dia 17 de Maio, dentro do Congresso Nacional. E neste contexto, então, o Fred nos informou da Campanha e do que o Governo estava querendo fazer. E, realmente, eu disse que não dava para o Conselho participar dessa Campanha, em virtude de duas questões: do momento político, mas também em virtude que isso acarretaria, necessariamente, a realização de um Pleno Extraordinário porque a Mesa Diretora não é poderosa para responder e definir pelo Pleno. A Mesa escuta e o que for decisório tem que passar pelo Pleno. E, se eu realmente disse essa questão que não dava, uma vez que era a intenção era, já naquela época, de lançar, correr para lançar no dia 28 de Junho. Ou seja: 18 de maio para 28 de Junho teria toda uma questão para fazer. Então, disse realmente isso. Ainda temos o Daniel e o Washington para falarem. Eu acho também que foram faladas sugestões de peça. Mais, eu realmente coloquei isso mesmo: que a sociedade civil e o Conselho não teria interesse de participar pelos dois (02) motivos colocados: o momento político e a questão que precisávamos ter um Pleno Extraordinário para poder aprovar a questão da Campanha, e dizer se a gente estava dentro, ou não, segundo o que reza o nosso Regimento, lembrado, ontem, pelas Câmaras Técnicas. Explicar isso porque a gente vai pensar depois. Me perguntaram se, como Presidente do Conselho, podia estar na Mesa do lançamento da Campanha. Eu disse que não teria problema de estar, mas iria dizer, e enfim de manifestarmos do jeito que a gente ia se manifestar, inclusive hoje, na audiência com a Ministra. Mas, por parte dos Conselheiros, como um todo, há uma questão de não estar na mesa de lançamento da Campanha. A grande maioria está pensando assim. Na parte da tarde, depois que o governo sair, a gente ainda vai um pouco discutir essa questão. Mas foi isso, realmente, o que aconteceu. Quero, aqui, dar a minha mão à palmatória à sociedade civil. Eu esqueci, realmente, diante daquela questão toda, no dia 18, eu esqueci de colocar e de partilhar no grupo do WhatsApp que a gente tem do Conselho, nem no da Mesa Diretora e nem no grupo geral, essa questão do que tinha sido oferecido e qual tinha sido a minha resposta. Mas o momento que a gente vive e também a questão toda que a gente tinha em torno de não ser recebido pela Ministra, que a gente já estava esperando. Então, foi essa a minha atitude ao dizer que o Conselho não dava para participar porque incluía essas duas questões: a necessidade de um Pleno Extraordinário e o momento político que se vivia. Conselheira Tathiane faz uso da palavra: Ontem, durante todo o dia, conversamos, e tivemos diversos momentos para tratar desse assunto. A Câmara Técnica parou, durante um bom tempo, para discutir o que seria produtivo, dentro de tudo o que nós vivemos. Então, foi uma discussão muito lúcida. No final da tarde a gente teve, como o Zezinho falou, uma reunião da Mesa Diretora, e, assim, eu não tocaria nesse assunto aqui. No entendimento do que que foi diagnosticado lá, foi uma falta de diálogo. Mas o que eu não entendo Fred, que a Secretaria de Direitos Humanos desse Ministério entende que num diálogo informal, numa conversa, com um mecanismo de reconhecer um Conselho que

atuar dentro do Ministério, que a Secretaria faz uma campanha, a toque de caixa, e depois entende que uma conversa informal isso uma metodologia de se ter com um Conselho no Ministério que não acompanha uma campanha. Eu não entendo, um espaço de controle social, de representação da sociedade civil e governo, que tratam somente da pauta LGBT e, depois da pauta LGBT aqui está identificada, mesmo a nossa reunião de ontem ficou na fala de todos que estavam, sem resposta, parada. Um Conselho que a gente necessita gastar a nossa energia para garantir a estrutura dele. Para que, minimamente, as reuniões Dele aconteçam. De repente aparece uma campanha que vai ser lançada. Está tudo muito bem, porque quando se chega a uma campanha para a população é porque chegou o momento. Eu acho, Fred, que eu não vou me alongar na justificativa de que não existe possibilidade de vocês terem entendido que numa conversa informal com o Zezinho fechava a questão. Ontem Zezinho já escutou da Luma, na nossa reunião. Ele foi muito humilde em reconhecer que ele poderia ter propagado mais esse assunto. Acho que esse momento é de reconhecer o erro. E, ontem vocês dois tiveram esse momento. O seu compromisso é indiscutível. Mas a falta, ainda hoje, e em outros dias, da presença da chefia dessa sua Secretaria reflete o descaso com essa campanha. O abandono da Vice-Presidência, e você Zezinho, poderia ter cobrado mais, está refletido nessa situação. Então não é com uma conversa informal que você vai jogar isso no colo da sociedade civil não. Você é uma pessoa muito comprometida, mas o abandono nesse posto chega ao reflexo final dessa falta de diálogo, dessa forma esdrúxula de tentar se lançar algo que não tem clima. Não tem clima pra esse lançamento. Uma Ministra que não quis falar de LGBT até o 28 de Junho não merece, agora, se sentar e lançar uma campanha, tendo o Conselho referendando ela. Esse é o meu ponto de vista. O Presidente faz uso da palavra: só queria lembrar que está aqui a Secretária Executiva do CNCD: a Mesa Diretora, nós não recebemos um convite formal. A Mesa Diretora é composta por quatro membros da sociedade civil, para sentar e conversar. Aconteceu com quem estava aqui. Daniel e Washington, vocês querem se expressar? Conselheiro Daniel faz uso da palavra: Eu vou só dar um destaque nessa questão. Eu estava em Brasília, participando das atividades do dia 17 de Maio e teve essa possibilidade fazer uma conversa com Fred para explicar algumas atividades que tinham acontecido, no dia anterior. E tinha a intenção de poder contribuir para esse debate sobre as ações no Congresso Nacional. E aí nessa conversa, que eu acho que é informal também, o Fred apontou a questão dessa Campanha. Daí eu perguntei, assim: mas vai passar pelo Conselho? Ele colocou: não, essa campanha é da SDH. O que me provoca assim porque até fiquei questionando esse papel. A gente vem nesse debate de representatividade, a gente também fica preocupado com as questões dos corpos que são invisibilizados de campanhas. Eu até coloquei, Fred o que preocupa é que a gente não tem consciência dessa campanha, e o Conselho é o espaço que se poderia debater isso internamente até provocar outras sugestões, até sobre outros corpos. O meu medo era que fosse uma campanha totalmente branca. Então, houve essa proposta para ele. Ele até colocou que tinha alguns cantores, algumas questões radicalizadas. Mas ele colocou, nitidamente, que era uma Campanha da SDH. Mas era assim, uma conversa informal, eu soube e tentei contribuir com o que era necessário no momento. O Conselheiro Washington faz uso da palavra: Eu acho que Zezinho, Tathiane e Daniel, eu queria só subscrever suas palavras, porque foi o ocorrido. Na verdade, eu acho Zezinho, foi uma falha sua e também minha. A gente poderia ter colocado também ter colocado no coletivo. Mas é que a gente estava nesse outro sentimento. É que a gente não ia cometer o erro, a irresponsabilidade de nos posicionar contra uma campanha seja pro LGBT. Ainda que nós não tenhamos em nossas mãos toda a peça ou aquilo que vai ser veiculado. Muito pelo contrário, é uma prerrogativa, inclusive, que está presente no nosso Regimento Interno. E, para minha pessoa, do ponto de vista da minha Organização, a gente sempre pautou isso na SEPPIR, na SDH. Então, nós não cometeríamos essa responsabilidade política. Mas o que está sendo criticada é a forma como foi construída, sem a participação social. Então foi basicamente essa preocupação quando o Zezinho colocou que, neste momento, o Conselho não pode assumir uma campanha, porque é dia 18 de maio e a campanha vai lançar 28

de Junho. Então a gente não tem tempo hábil, inclusive, para consultar a sociedade civil, para que a gente possa se debruçar sobre essa campanha e estabelecer essa parceria, porque, em momento algum, houve uma tentativa de boicote a campanha do governo. Porque se tivesse essa tentativa, acho que todas as organizações da sociedade civil já teriam se retirado do Conselho, no momento do golpe. E, essa não foi a intenção das pessoas que estavam presentes na reunião, sobretudo, o Zezinho, eu e o Daniel. Conselheiro Léo Mendes faz uso da palavra: Ontem, a nossa Câmara Técnica aprovou a solicitação, não sei se foi entregue ao Fred ou ao pessoal do Gabinete, para o adiamento do lançamento da Campanha, até que esse Conselho tenha uma análise sobre isso. Porque, inclusive, está no Regimento deste Conselho, de nós somos um Conselho do Ministério dos Direitos Humanos e que este Conselho é deliberativo e que cabe à ele propor, inclusive, campanhas de comunicação. A campanha foi proposta aqui, neste Conselho, ao Ministério dos Direitos Humanos e foi referendada na Conferência de Direitos Humanos. A gente entende que é uma Campanha de Governo. Mas alguma Campanha de crianças e adolescentes, nesse país, já saiu sem passar pelo CONANDA? Alguma Campanha, nesse país, volta para a saúde passou sem passar pelo Conselho Nacional de saúde? Então, o que nós estamos falando é de respeito a institucionalidade. Mesmo porque, mesmo que seja uma campanha de governo, eu duvido que todos os representantes de governo que estão dentro desta sala, tenham visto, tenham participado e tenham dito algo sobre essa campanha. Então, esse espaço aqui que reúne 15 representantes do governo federal e 15 da sociedade civil, é o espaço aonde o governo deve trazer as suas iniciativas para referendo. Mesmo que a sociedade civil não concorde depois, mas o governo, pelo menos, vai dizer o seguinte: Olha nós estamos fazendo a nossa parte a sociedade civil, lá dentro do Conselho, entendeu que essa campanha está ruim. Mas é função desse governo trazer para dentro deste Conselho todas as iniciativas que vão impactar junto à sociedade brasileira, sob pena de ficar mais uma campanha. Ontem me falaram: Mas é um milhão e meio. Eu participei de uma campanha no século passado, que eu sou do século passado, como diz a Cora Coralina, trago comigo todas as dores do século. Trago comigo todas as lutas, participei, no do século passado, de um governo que não era do PT, era do FHC, de um Ministro que se chamava José Serra e que fez uma campanha que, naquela época, custou 5 milhões de reais para o governo federal. Então, essa não é a primeira campanha que o governo federal faz para a sociedade brasileira LGBT. Já houve uma no século passado, há quase 20 anos atrás com 5 milhões de reais. Então, um milhão de reais e meio, perto de 5 milhões, há 20 anos atrás, acho que não significa nem quase 10% do que se gastou, naquela época. Mas é importante ter uma campanha. Reconheço que a Campanha é um pedido desse Conselho. Foi deliberado pela Conferência. Agora, a forma como estão tocando a política, infelizmente, minha gente, ela não vai para frente. Especialmente, nesse momento, em que o Supremo Tribunal Federal entra com processo de corrupção, e estou checando a informação aqui agora, o Janot vai apresentar um outro por formação de quadrilha contra o Presidente Temer e na segunda-feira mais um por obstrução de Justiça. Nós nunca tivemos isso, desde 1898, na formação da República Brasileira: o Presidente da República ser colocado dentro do Supremo Tribunal Federal, como um cara corrupto, formador de quadrilha e obstrutor. Então, o quadro vai piorar e o governo precisa muito dos Conselhos para sobreviver, também sob pena da Ministra Luislinda, que é uma pessoa que eu gosto e admiro pela sua história e trajetória. Sim, ela é negra e é mulher. Ela é uma Desembargadora, ela venceu na vida e não assim pagadora ela venceu na vida, como eu que sou gay, pessoa vivendo com HIV, há 25 anos, também venço na minha vida. Então, eu admiro muito ela. Mas ela pagará o pecado de lançar uma campanha sem passar pelo Conselho Nacional LGBT. E, mais, por fazer parte de um governo que vai ser preso por corrupção nesse país. E, a história vai mostrar quem estava certo e quem estava errado. Conselheiro Frederico faz uso da palavra: Também como falou o Zezinho. Queria, aqui, reconhecer, também, com humildade que eu não fiz um ofício, convidando uma reunião da Mesa Diretora para discutir esse ponto. De toda a nossa relação respeitosa que já vivemos aqui nesses últimos tempos. Eu fiz um convite sim, por telefone. Foi um convite

chamando a Mesa Diretora e, depois, soube que a Conselheira Tathiane não estaria aqui e a Conselheira Luma estaria em outra atividade. Então, vieram outros representantes, outros dois representantes para essa reunião. O Presidente faz uso da palavra: Só corrija: a Luma, a passagem dela já tinha sido comprada, anteriormente. Conselheiro Frederico retoma a palavra: E, nesse momento então quando houve a conversa, e nós, da SDH, entendemos que havia um posicionamento. Então, aquelas pessoas que estavam, ali, informando que o Conselho não faria parte da discussão dessa Campanha. Erro meu. Eu poderia ter formalizado um ofício encaminhado assunto ao Pleno. Mas isso não foi feito. E, para a gente não perder a oportunidade de lançar uma campanha que a gente pretende que gere uma discussão na sociedade e reduza a discriminação, o preconceito e aumente a sensibilidade das pessoas em relação à questão LGBT, nós, então, tocamos as discussões da Campanha, na sequência. Faço, então, o meu reconhecimento de não ter, formalmente, submetido essa questão ao Conselho Nacional LGBT. Finalizando, a Campanha está aí. A gente não recebeu ainda a manifestação pedindo o adiamento da Campanha. Particularmente, acho que no momento, está tudo pronto. Hoje, está previsto o lançamento dessa Campanha. Então, é uma situação muito complicada; é uma situação muito difícil. A gente está aqui lutando, no dia a dia, para conseguir tocar essa pauta aqui, com o máximo de respeito por todos vocês. Então, não foi, em nenhuma medida, nossa intenção de desrespeitar esse Conselho; de passar por cima desse Conselho. Isso, em momento algum, passou por nossa mente. Sei que a sociedade civil ainda vai discutir esse ponto; vai discutir se estará presente, ou não, no lançamento. E, como colocou Secretária Flávia, o nosso total respeito por participar ou decidir não participar de qualquer evento ou questão que o governo proponha. Infelizmente, eu reconheço esse problema; reconheço que faltou esse diálogo institucionalizado. E, nesse caso, a responsabilidade é minha. Conselheiro Walmir faz uso da palavra: Na verdade, eu me inscrevi para parabenizar a fala da Conselheira Tathiane, e dizer que a CUT não só apoia a sua fala, como subscreve a fala, na íntegra. O Presidente faz uso da palavra: o último informe, eu estou pedindo aos Conselheiros da Sociedade Civil quanto Governamental. Nós, ontem, conversamos com todas as entidades da sociedade civil. E, eventualmente, é o que mais nos interessava, que é a parte que a gente está submetendo, em torno do Edital de Convocação da Eleição. Nós fizemos uma conversa com todas as entidades da sociedade civil que estão aqui, e, nessa Reunião do Pleno, não faltou nenhuma, no sentido de trocar a data da Assembleia de Eleição. A princípio, ela estava marcada, pelo que saiu publicado, para o dia 28 de agosto, que é uma segunda-feira. Eu não consegui falar com a OAB porque mora aqui e ele já tinha ido, contou como se fosse todo mundo. Na segunda-feira, 28 de agosto, como na Assembleia de eleição e as despesas é por conta das entidades, pra gente é muito difícil. Pensamos em transferir a nossa passagem da segunda noite para poder chegar, aqui, no domingo, que muito mais coerente também fazer a reunião da Câmara Técnica e o último Pleno, deste mandato. Então, ficaria: 28 de Agosto Câmara técnica; 29 de agosto, o Pleno; e a Assembleia de Eleição no dia 30 de agosto. Então, é só mais um informe, para ficar registrado isso, não como uma conversa informal, mas dentro do Pleno. Já tínhamos feito essa conversa com o Fred e a Adriana, que é da Comissão Eleitoral, que também não viu problema. Eles vão, a partir disso, apressar essa alteração, por conta das outras entidades que não estão no Conselho não pode saber mais que nós, da sociedade civil, ao termos conhecimento de alguma outra entidade que se manifestou, a gente já pode adiantar. O CFP, que está aqui, e não faz parte do Conselho. Tem o CFM que já procurou, enfim, outras entidades da sociedade civil. A gente já vai, então, já deixar registrado: Assembleia de Eleição 30 de agosto, lembrando as Entidades da Sociedade Civil que o prazo para inscrição das entidades da sociedade civil é até o dia 18 de julho. O Conselheiro Walmir faz uso da palavra: Na verdade, Zezinho é a respeito do ponto anterior. O último encaminhamento da nossa Câmara técnica, a respeito da Campanha, eu não sei se seria melhor a gente ler o que nós encaminhamos para ver se entra em votação para ver qual o encaminhamento que seria feito, em relação ao adiamento do lançamento da Campanha. O Presidente faz uso da palavra: o próximo momento é o relato das Câmaras Técnicas, a gente



pode inverter e colocar, talvez, a Câmara Técnica de vocês a ser apresentada, que é o próximo ponto. A Conselheira Liliane faz uso da palavra: Eu gostaria de fazer uma fala com relação ao processo eleitoral. Embora não conste no nosso Regimento Interno a obrigatoriedade da eleição ser declarada, então volto aberto, eu quero aqui manifestar que é muito ruim, nesse momento, em que o nosso país clama por transparência nas relações que visam as relações democráticas, a gente tem uma eleição fechada do Conselho Nacional LGBT. Eu quero dizer que eu reconheço que, legalmente, a gente não tem base para fazer essa solicitação de alteração, mas quero deixar essa manifestação de que é muito ruim as eleições no âmbito fechado. O CFESS vem defendendo isso, desde sempre, no Conselho Nacional porque a gente entende que isso tem uma relação direta com a forma como as pessoas se comprometem no processo. É diferente de uma eleição de uma pessoa física. São entidades públicas, de relevâncias públicas de que vão fazer um trabalho público. Não tem a menor justificativa para a eleição ser fechada. A quem interessa que a eleição seja fechada? Nós queremos transparência. Queremos que a entidades se comprometam com os projetos que elas defendem para esse Conselho. Então, é nesse sentido que eu faço essa fala. O Conselheiro Cássio faz uso da palavra: Eu gostaria de dizer que para mim, como moro no estado do Amapá, a dificuldade de voo é bem complicada, principalmente, nos dias de sábado e domingo. Então, também sou de acordo com que faça alteração de data para o dia 30, até pelo custo das passagens de quarta e quinta-feira, de retorno, o valor é bem menor. O Presidente faz uso da palavra: Beleza Cássio. Foi pensando em você mesmo. O pessoal do Norte para chegar aqui que a gente pensou, também, na alteração. Você foi um dos motivos que nos motivou. O Conselheiro Zezinho Prado faz uso da palavra: eu estou me inscrevendo não enquanto Presidente. Quero dizer, não poderia, também, deixar de dizer do meu desagravo, enquanto a entidade CNTE, e lamentar o edital de eleição de voto fechado. Quero dizer que na construção deste Regimento achávamos que poderia sempre ter uma votação aberta. E, quero lembrar, aqui para as pessoas, que essa foi uma briga da sociedade civil, que deputados e senadores não tivessem mais esse privilégio de voto fechado, para gente não saber e não identificar “quem era quem”, em quem estava votando. Então, registrar também, como CNTE, o nosso desagravo. Não concordar, de modo nenhum, com o voto fechado. E, dizer, aqui pra nós, enquanto sociedade civil, as entidades que permanecerem, na Mesa Diretora e na Presidência, que uma das primeiras coisas a fazer é que a gente designe para Câmara Técnica de Norma e Legislação a revisão do Regimento, que tem alguns pontos. Mas esse de não constar que os votos sempre serão em aberto. Essa é uma questão que a gente achou que a gente tinha vencido, a democracia tinha vencido no Brasil e para nossa surpresa é publicado voto fechado. É preciso dizer que o papel branco é branco e o preto é preto, nós vamos ter escrever que Democracia é voto aberto. Conselheiro Washington faz uso da palavra: Eu acho que é um descontentamento geral, na verdade, da sociedade civil. E, aqui o CFESS e a CNTE se manifestaram contrários a esse processo eleitoral, que prevê que a votação, da sociedade civil, seja feita em voto fechado. E, aí a Rede Afro também se soma a esse conjunto de indignação porque, sobretudo, no período em que a gente vive; que é um período onde há ausência de transparência tem imperado. E, esse Conselho, sobretudo se debruça e luta por mais transparente, sobretudo no âmbito da política pública é impensável que nós participemos desse processo e legitimemos esse processo de votação fechada. E, aí, já vai uma indicação de que a gente não tem essa capacidade, pelo menos, essa atribuição de modificar, no momento, o que prevê o Regimento Eleitoral. Mas eu acredito que o conjunto, pelo menos, das organizações da sociedade civil, possa orientar as, tanto as organizações que, porventura, queiram pleitear o próximo biênio, mas também as outras organizações que visam concorrer a esse processo, orientá-las, a todas e todos, a expressar e a declarar o seu voto porque é inimaginável que a gente possa participar desse processo sem que a gente, minimamente, expresse o porquê dos nossos anseios políticos, no sentido de declaração mesmo; de confiança de uma organização para com a outra. Conselheira Luma faz uso da palavra: Estou de acordo quanto às alterações para o dia 30. Eu acho que vai satisfazer as necessidades do coletivo. Em relação às questões legais, em termos da mudança do

voto ser aberto ou fechado, de fato deve se verificar que instrumentos fizeram a Comissão tomar essa atitude. Lógico que a gente deseja que seja aberto, pelo próprio processo transparência, não só para uma visão interna, mas uma visão externa que representa as nossas instituições. Mas há de se ver em que base legal se sustenta esse posicionamento. Outro fato importante deste edital, é que a ABEH entrou com representação junto à Comissão, diretamente à Comissão, porque uma não é uma deliberação nossa, é uma deliberação da Comissão que define como processo e deve ocorrer deve ter alguma base para se posicionar, da forma que se posicionou no documento. Mas a ABEH entrou, especificamente, no item 5, letra b. São dois (02) pontos que são colocados para as instituições que é de cunho científico. O primeiro ponto que é cobrado é que a instituição deve apresentar núcleo de pesquisa. Ou seja: ela tem um grupo de pesquisa. E, não tem como a instituição ter um grupo de pesquisa. Na verdade, o grupo de pesquisa faz parte dos nossos integrantes. São os docentes integrantes da ABEH que eles têm os seus grupos de pesquisas nos quais realizam as suas atividades. Outro ponto é em relação a questão de produção de periódicos. Periódicos, na linguagem acadêmica, são revistas e quem publica são os docentes, não é a instituição. Em todos os outros, nas demais vagas, toda a documentação exigida é institucional, menos na instituição de produção científica. Então, é algo incoerente porque é um documento para instituição e está exigindo documentos pessoais. Eu, particularmente, tenho minhas produções em revistas, em periódicos, enfim, em anais. Eu tenho um grupo de pesquisa também cadastrado no CNPQ. Só que tem uma problemática: a vaga não é da Luma; a vaga não é do Leandro Collings; a vaga não é da Berenice. Portanto, os documentos que tem que ser exigidos são documentos institucionais. E, o que a gente percebe, enquanto academia, que documentos poderiam ser cobrados para essa inscrição? Congressos nacionais ou internacionais, mas com anais. Os anais dos eventos são as produções científicas. Aí sim, a instituição tem como comprovar que realizou evento acadêmico e que teve produção dos seus membros integrantes da associação. Então, eu creio que essa foi feita, oficialmente, através de documento, foi entregue e apresentado, também, na Câmara de Legislação e Normas e foi aprovada também um apoio para que a Comissão reveja essa situação. Na verdade, é uma adequação, porque se continuar como está e a Comissão for rígida, nenhuma entidade de produção científica vai conseguir atender porque ela não publica em revista e ela não tem grupo de pesquisa cadastrado no CNPQ. Conselheiro Clóvis faz uso da palavra: Só para lembrar que na eleição da mesa e na eleição, nós já tivemos o processo aberto. Historicamente, a gente vem tentando construir. Só para referendar a fala das pessoas e dizer que é uma construção e que nós temos que fazer esse espaço um espaço que acompanhe a discussão que está acontecendo no país afora. Conselheiro Léo faz uso da palavra: eu acho que nós vamos ter que achar um meio termo, nesse momento da votação, porque o que se quer é proteger a sociedade civil LGBT. Da forma como está o Regimento e se alguma igreja, que não nos ouça nesse momento, fundamentalista ler, ela consegue eleger 14 da sociedade civil. Acho que só não elege a da produção científica, e se a CNBB ainda não tiver montado um comitê de padres que cuidam da questão de LGBT. O voto aberto ele é no sentido de que você consegue dar transparência e melhorar o processo eleitoral, evidenciando a sociedade brasileira o que cada instituição está pensando. Eu venho de uma eleição recente no CONANDA onde a eleição é fechada. E lá as instituições ligadas à igreja e a instituições sindicais, como é uma eleição nacional, juntam com a central sindical, traziam vinte (20) confederações de sua central para votar nela, voto fechado numa cédula. Você perguntava para o funcionário que veio na Kombi daquela Central que estava votando no CONANDA: não sei. Eu vim aqui para votar, meu voto está aqui. Esse foi um dos processos mais ruins que eu vi na minha vida, ao longo de cinquenta e três (53) anos. E gente também de igrejas que vinham para botar lá dentro representante igreja e aí a pessoa vinha e dizia: Ah, eu não sei eu trabalho na igreja e ele me pediu para votar. No final o que aconteceu? travesti não foi eleita; gay não foi eleito para o CONANDA. Por que não foram eleitos? Porque nós não demos transparência a esse processo; não abrimos a discussão; não dissemos o que queríamos. Dentro do CNCD/LGBT, como é sociedade civil o

voto pode até ser fechado, mas eu acho que não é proibida declaração de voto, tem que entregar cédula e um compromisso da sociedade civil. Cada uma fazendo a sua declaração de voto. Declaração de voto dizer estou voltando em tal... que meu voto, estou votando aqui, secretamente. Porque também não impede que você faça a declaração de voto. Eu acho que a sociedade civil deve fazer um registro paralelo, porque a Comissão Eleitoral vai ter que fazer o registro do voto secreto, já que está no Regimento e nós vamos fazendo um paralelo para ver se aquela declaração de voto das entidades que quiserem, elas podem apresentar o seu voto abertamente no momento da votação. A questão da declaração do voto é que tem que entrar aí na Assembleia de eleição da sociedade civil e a gente se resguardar dessa engenhoca que foi criada no regime militar, inclusive em grêmio estudantil. Eu lembro que eu estudava e o voto já vinha pronto, colocado dentro do bolso. Eu era criancinha, batia continência, cantava o hino nacional e votava sei lá em quem para me representar dentro do Grêmio Escolar, dentro da disciplina moral e cívica. O Presidente faz uso da palavra: quero propor aqui um encaminhamento das entidades da sociedade civil à Comissão Eleitoral, do Pleno, dizendo o seguinte: que a Comissão Eleitoral reveja o item 22.1 que, em vez de eleição com voto fechado que a eleição seja voto aberto. Podemos encaminhar isso, como decisão desde pleno à Comissão Eleitoral? Se a Comissão Eleitoral não acatar isso, a gente pode, lá na frente, na próxima reunião é antes da Assembleia, a gente pode sentar e um pouco ver como é que a gente fecha um acordo com as entidades que vão participar. Se a Comissão Eleitoral não faz alteração de voto aberto é da gente poder, entre nós definir voto declarado. Conselheira Irina faz uso da palavra: quando você fala, em seu encaminhamento, você se referiu aos membros da sociedade civil ou ao Pleno, como um todo? O Presidente faz uso da palavra: É que no nosso caso, a eleição é da sociedade civil, porque governo vota de outra maneira. Conselheira Irina retoma o uso da palavra: Mas essa decisão de ser voto aberto, de primar pela transparência deve ser o Pleno como um todo. O Presidente retoma o uso da palavra: Perfeito. Os membros governamentais estão todos de acordo? Então, que fique registrado que é uma decisão do Pleno, como um todo e, não apenas da Sociedade Civil. Agradeço aos Conselheiros governamentais por entender o momento de transição. Conselheiro Léo pede questão de ordem: Nós estamos falando de duas coisas diferentes que indica os representantes governamentais é o governo, não é a Sociedade Civil. Eu não posso, enquanto sociedade Civil falar que eu quero “fulano ou ciclano”. O governo é quem indica e faz as modificações, permanentemente. A outra é: o governo não vota em sociedade civil. Agora, a reunião dos segmentos da sociedade civil e do governo tem dinâmicas diferentes. Normalmente, no governo a representação é de um ministério. O Ministro é Quem indica quem é que ele está indicando, porque ele já tem a vaga aqui dentro. O Ministério do Trabalho já tem a vaga aqui dentro. Agora, na sociedade civil, a ARTGAY não tem a vaga aqui dentro. A ARTGAY está indicando uma vaga, junto com a sociedade civil. Depois que a ARTGAY entrar, internamente, ela escolhe o seu representante para vir para cá. No caso do Governo, não há eleição porque já estão aqui os nomes dos Ministérios que compõem esse Conselho. Então, há uma diferença. A eleição, agora, é apenas da sociedade civil. O governo está, permanentemente, aqui. Só muda se mudar o governo ou se a pessoa sair. E, nós estamos falando é disso, Sr. Presidente, da eleição da sociedade civil e a me preocupa essa mudança da republicação do Edital porque, pelo Regimento, a cada mudança o prazo vai mudando lá para frente, o que significa que você tem contar prazo corrido de novo para fazer o processo eleitoral. Se vai republicar uma convocação eu queria não mas você vai republicar você vai republicar uma convocação é um novo processo. Ao republicar, o prazo que era de 60 dias antes da eleição começa correr o dia a correr o dia que você republicou de novo. Aconteceu na última eleição. Nós ficamos enrolando: fazia. Ficava errado. Voltava para trás. No final, ficamos, quase um ano, com uma data anterior, até que nós decidimos a versão final do processo para publicação. Seria importante ver isso. Por isso, eu tenho a sugestão de deixar do jeito que está, e a gente fazer a declaração de voto. Conselheira Tathiane faz uso de fala: Meu primeiro encaminhamento é que o posicionamento da Conselheira Irina fosse aprovado. Nada

impede porque o Governo vota de forma diferente. Saindo o encaminhamento do Pleno tem maior poder Político. E, a minha recomendação é que você, Zezinho, faça um intercâmbio com as direções dos Conselhos, explicando para que não se chegue ao voto declarado, porque vai funcionar na metodologia que está no Edital. Eu acho que um diálogo, com os dois, explicando. Léo chegou no movimento estudantil mais cedo do que eu. Desde do grêmio estudantil, eu não vejo mais eleição fechada. Estabeleça um contato oficial e o documento sendo pelo Pleno tem um peso político maior. O Presidente faz uso da palavra para explicar a posição da Conselheira Irina: O Pleno como um todo aprova alteração do item 22.1 do Edital. É reforçar, ainda mais, o pedido da sociedade civil. Não tem nada a ver com a votação. Esse é um dado. O outro, segundo meu entendimento, a alteração de um item do Edital não mexe em prazos. Quando você está dizendo para mudar de voto aberto para voto fechado, não interfere em prazo. Não é um novo Edital. É a retificação de dois pontos do Edital: a data da Assembleia; em específico, tem uma questão da ABEH. A retificação do item 22.1, ao invés de dizer que é voto fechado, vai dizer que o voto será aberto. É retificação, então não mexe com prazos. Feito isso, não há mais nenhuma questão. São 11:00 horas e 43 minutos, nós temos 1 hora e 17 minutos de reunião. A pergunta para o pleno é o seguinte: a gente passa a palavra, primeiro, para o Fred, já que não é uma coisa demorada. Seria explicar aquele documento que fala sobre o DISQUE 100 que, segundo as palavras adaptadas da Secretária Flávia que, inclusive eu perguntei para ela quem daria esse informe no Pleno, ela disse que seria o Fred e depois a gente passaria para o outro ponto de pauta que é a avaliação da Conferência. Ainda tem os informes das Câmaras. Vamos tentar uma sugestão: o Fred fala e a gente vê o que sobra. A gente entra na avaliação da Conferência. Se não der tempo para aprofundar, pelo menos, a gente inicia a avaliação da Conferência e se não der tempo a gente interrompe porque tem as questões das Câmaras Técnicas que são deliberativas. O Fred é quem vai falar do fim ou não fim do DISQUE 100 e o que aconteceu, de verdade. O Conselheiro Frederico faz uso da palavra: Começou a circular nas redes sociais algumas notas, alguns banners falando do fim do DISQUE 100. O Secretário Executivo do Ministério dos Direitos Humanos, Dr. Johanness, foi provocado pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos sobre essa questão, durante sua reunião, na semana passada. O Secretário-Executivo respondeu, exatamente, com as seguintes palavras dele. Eu vou ler o ofício que tem, somente, dois parágrafos e a Katia circula para o Conselho. Ele se dirige ao Darci Frigo, que é o Presidente do CNDH e informa:

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, esclareço não ser verdadeiro o conteúdo de mensagem que circula nas redes sociais sobre a extinção da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e do Disque 100 - Disque Direitos Humanos.

Saliento não estar na competência da Ministra de Estado alterar Lei que determina o exercício da função de Ouvidoria Nacional por parte deste Ministério, assim como reitero o compromisso de continuidade do Disque 100 - Disque Direitos Humanos, instrumento fundamental da Política Nacional dos Direitos Humanos, de ampla utilização pelas pessoas, instituições da sociedade civil e órgãos públicos de todo o País.

Ressalto que tais esclarecimentos também são apresentados no Ofício-Circular n.º 11/2017/GAB-SEPP/IR/SEPP/IR-MJ a ser encaminhado aos Membros desse Colegiado.

Atenciosamente,

JOHANESS ECK

Ministro de Estado dos Direitos Humanos, Substituto

22 de junho de 2017

A Secretária Flávia também ontem, em reunião com a mesa diretora comentou que está circulando, dentro dessa nota uma informação sobre a eventual redução de cargos da estrutura da ouvidoria que existe, hoje. A Secretaria informou que ela, inclusive, pediu um despacho com a Ministra e conseguiu um despacho, agora, às 12hs, quando ela vai colocar as preocupações dela também em relação ao enxugamento da estrutura da ouvidoria. Ela entende que a Ouvidoria, na verdade, deve ser fortalecida. O próprio Conselho já inúmeras questões de aprimoramento dos trabalhos do DISQUE 100 e do trabalho da Ouvidoria. Então, o posicionamento, também da Secretária Flávia é que o posicionamento do Secretário Johanness foi não a extinção da Ouvidoria nem do DISQUE 100. O posicionamento da Secretária Flávia em relação a minúcia que foi colocada naquela nota é de que não deveria, ou não deve, haver redução de estrutura que existe, hoje aqui, da nossa Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. O Presidente faz uso da palavra: alguém quer se manifestar, da mesa diretora? Acho importante a Conselheira Tathiane, o Conselheiro Washington e a Conselheira Luma comentarem a fala da Secretária, no que ele nos orientou a falar com a Ministra. Conselheiro Washington faz uso da palavra: Em meio inúmeras conversas, na verdade, quando a gente se debruçou sobre o assunto DISQUE 100, mesmo a gente sabendo que esse documento que circula nas redes sociais que não sabemos qual é a sua origem, nos preocupa. Nos preocupa porque, em meio aos boatos, nós fomos cobrados, tanto enquanto conselheiros porque nossas organizações estão bem atentas a tudo que acontece e aí nós solicitamos alguns pedidos de escurecimento à Secretária Flávia. A gente avaliou, inclusive, durante o processo que mesmo, e a minha proposta não é abrir uma discussão profunda agora sobre o assunto, mas a gente estava refletindo que, em meio ao que nos parecia a medida provisória, inúmeras medidas que esse Ministério tem adotado, é que, embora essa proposta não extinga a Ouvidoria, ela aponta para um processo paulatino de sucateamento da mesma. Então essa é a nossa preocupação. Mesmo que essa política não se concretize, em curto prazo, mas no longo prazo a gente percebe que essa medida sinaliza para que esse processo possa ocorrer. E, na oportunidade, a própria Secretária reconheceu que há uma possibilidade de sucateamento da forma como tem sido colocado essa reforma, esse enxugamento do DISQUE 100. Conselheira Tathiane faz uso da palavra: Quero referendar o que o Conselheiro Washington falou e que a gente precisa que essas questões estejam mais próximas na discussão entre a coordenação LGBT, da Secretaria e do Conselho. Porque dá tempo da atuação, ter uma propriedade maior, tipo essas questões levantadas do DISQUE 100 ficaram uma semana permeando os espaços das redes sociais e a gente sem nenhuma resposta. A questão da Campanha é outra coisa que eu não quero aprofundar, mas eu não sei com a Coordenação aqui dentro também acompanhou isso. Houve um acompanhamento disso? E essas questões poderiam fluir também no diálogo da Coordenação, além do Conselho, com as redes de, uma forma. Então, eu acho que serve como exemplo para gente aprimorar essa proximidade, dentro dessa estrutura do Ministério e estar acompanhando, mais de perto, e dando respostas mais práticas, tipo: a gente acompanhou a estrutura do DISQUE 100, como Câmara, identificamos diversas questões, repassamos e a gente precisa do retorno. Isso demonstra uma parada. Enquanto a gente identifica as questões de necessidade de aprimoramento, a gente se depara com um mecanismo que, no mínimo, traz uma redução no quadro de equipe que já nos preocupa pela eficácia. Conselheiro Washington faz uso da palavra: Na oportunidade, a gente se colocou, na verdade, como sujeitos e sujeitas que reconhecem a necessidade de uma reforma, em todos os módulos do DISQUE 100 que, inclusive a gente não

consegue visibilizar as violências e as violações que as populações que estão dentro do escopo do DISQUE 100 sofrem realmente. Mas a gente quer uma reforma no disque 100 que amplie as maneiras e as formas de inferências nessas violações e violências. Não uma reforma no DISQUE 100 que vá apenas enxugar. E, quando eu digo enxugar, embora a gente se preocupe com a autonomia, nós não estamos preocupados com DAS. Nós estamos preocupados, sobretudo, com a primeira porta de entrada desse serviço que opera a ação, inclusive. A gente tem relatos de diversos operadores que já foram demitidos e a gente não sabe faz quais os processos que levaram esses operadores a serem demitidos. Se é um processo de transição, talvez, para que o serviço retorne para Brasília. Na verdade, a alteração no DISQUE 100 ou se de fato está vinculado a esse processo de enxugar quadros e de sucatear o DISQUE 100. Mas uma reforma nos módulos é necessária. Uma devolutiva do governo, é também preciso nós e as pessoas da Câmara de Combate à Violência lidam diretamente e como têm sido incipientes as ações da Ouvidoria. A gente necessita de uma reforma. Mas não essa. Uma reforma que enxugue, mas sim que amplie a nossa capacidade de inferir dados. Conselheiro Gil faz uso da palavra: Eu gostaria de falar que já que saiu essa divulgação mentirosa pelas redes sociais, que saia também de nossa parte, pelo Conselho, uma divulgação falando a verdade dos fatos; dizendo que é uma propaganda enganosa, mentirosa e mostrar a atual realidade dos fatos, também pelas redes sociais, sem esquecer de colocar o nome do Conselho, porque somos nós que somos cobrados e desrespeitados também quando a gente está falando. Quando um homem trans fala parece que as coisas mudam completamente nessa Mesa, infelizmente. É a realidade. Então, a gente tem que mostrar a verdade. Nós queremos transparências também sobre isso. Nós não estamos aqui para, em nome de mentirosos. Muitos, por aí, devem estar achando que estamos fazendo essa divulgação de mentiras. Então, a gente vai mostrar a realidade dos fatos pelas redes sociais também, em todas as áreas que for possível. Conselheira Luma solicita questão de ordem: Primeiro, que foi deliberado pela Presidência que a gente deve fazer uma discussão de quem estava presente na reunião falar sobre a temática, dizendo o que aconteceu. Talvez, se houvesse a possibilidade de discutir o que aconteceu na reunião. De repente tudo mundo começou a falar, não sobre as ideias que tinha sobre o DISQUE 100. Então, de acordo com a proposta inicial que é de abrir para falar do que aconteceu, como estive na reunião, eu quero dizer que, a princípio, nós tivemos com a Flávia, foi colocada situação do documento. Ela ficou surpresa. Pegou o documento, pediu para verificar e disse que não é verídico. E, que de fato o DISQUE 100 iria permanecer, mas havia a possibilidade de redução. Ela reconhece que isso iria também dificultar o processo de atendimento do DISQUE 100. E, e nós colocamos, na ocasião, que ao diminuir o trabalho os recursos humanos presentes nesse trabalho vai inviabilizar, também, muita das denúncias e da atividade do próprio DISQUE 100. Ela usou o termo sucateamento e se colocou muito favorável no sentido de levar essa questão para a Ministra. E, ainda solicitou nosso apoio para que em nosso encontro, na tarde de hoje, tocássemos também nessa questão, pedindo o apoio da Ministra para que não ocorresse a redução dos recursos humanos e dos próprios recursos para o DISQUE 100. Então, essa foi a conjuntura que foi colocada, no contexto dessa reunião. O Conselheiro Clóvis faz uso da palavra: Eu tenho duas questões: 1) se tem que sair algum documento, é um documento do governo e não documento desse Conselho. O Conselho não veiculou nota nenhuma. Quem tem que esclarecer é o Governo. O DISQUE 100 eu considero que é nosso filho. O DISQUE 100 foi uma luta nossa; e 2) é muito preocupante a situação do DISQUE 100 e que isso já estamos falando em todas as nossas reuniões. A Câmara Técnica de Combate à Violência foi para

Salvador fazer uma visita *in loco*, trouxe as questões e nós precisamos ter um momento de discutir coletivamente, nesse Conselho, inclusive com a presença, se possível, da Ministra, porque a questão do DISQUE 100 é de fundamental importância para nós. E, não é só a questão do número de pessoas, mas a questão do relatório e da estrutura do DISQUE 100. Nós queremos, enquanto sociedade civil, discutir, de forma colaborativa, como melhorar o DISQUE 100 na sua eficiência e na sua eficácia para que ele possa atender, de fato, aquilo que para o qual foi criado. Então, é pedir que a gente possa ter uma discussão ampliada, nesse Conselho, e que a gente possa tirar as questões para serem encaminhadas, junto à Ministra, para falar da estrutura que nós entendemos para o DISQUE 100. Conselheira Liliane faz uso da palavra: No sentido do monitoramento das questões objetivas e concretas, nós sabemos que não é só o número de profissionais que garante a qualidade do serviço. Nós estamos trabalhando muito nisso. Nós construímos um material de recomendações, no sentido dessa qualificação. Mas que também é importante esse monitoramento para que possamos conseguir avaliar. Não sabemos se é um momento de reestruturação, com retorno para Brasília, ou não. Mas precisamos ter um panorama mês a mês, desde 2016, que seja, do número de profissionais da operação do DISQUE 100, para conseguirmos monitorar e, efetivamente, dar respostas se está diminuindo, concretamente, o número de operadores do DISQUE 100, e também consigamos monitorar o funcionamento deste serviço. O Presidente faz uso da palavra: Eu acho que a Tathiane levanta uma coisa importante: não importa a estrutura que vai ficar. Nós vamos brigar para que não haja esse sucateamento, mas que minimamente, a Câmara Técnica de Combate à Violência precisa, antes de cada Pleno, receber esses informes que a Câmara, vem, vem a muito tempo, pedindo. Pode ser uma coisa simples, por exemplo, quantos e quais foram os crimes registrados; quantos operadores trabalham no módulo LGBT. Dados que não precisam ser trabalhados. Mas aportar dados dos casos registrados, no período entre um Pleno e outro. Um dado simples para que o Conselho possa trabalhar e se balizar para atuar. Conselheiro Léo faz uso da palavra: Precisa cobrar da terceirizada, no próximo contrato, que ela passe, mês a mês, um relatório de quantos atendimentos de violações fizeram, por exemplo. Já que está sendo paga pelo Governo Federal, a terceirizada pode passar um relatório ao Governo, com o quantitativo do recebimento de ligações. Depois, o trabalho da Secretaria é a filtragem e os encaminhamentos posteriores. Também propusemos na Câmara Técnica de Articulação, Orçamento e Monitoramento do Plano Nacional LGBT que nos próximos contratos, fosse criada uma cláusula obrigando, minimamente as empresas terceirizadas, a contratar travesti transexual para ser a a recepcionista do DISQUE 100. Porque se não começarmos a fazer o nosso trabalho dentro da nossa casa, nós não vamos poder cobrar do resto do mundo. Então, acho que é um processo poderá ser estabelecido com as empresas que, diante da violência, dos assassinatos, da falta de perspectiva de trabalho no Brasil para essa comunidade, há uma solicitação para que se crie uma cota para essa população, em específico. É muito importante que se coloque que a perspectiva de trabalho para as travestis e transexuais inicia na nossa casa, dando exemplo para o resto a sociedade e afirmar que é possível contratar essa população, com dignidade nesse País. Conselheiro Frederico faz uso da palavra: Conselheiro Léo, se a Câmara Técnica de Combate à Violência puder falar quais as informações que ela gostaria de solicitar, faremos o encaminhamento para a Ouvidoria e pede, então, que seja remetido à Câmara as informações o Conselho considera relevantes. Além disso, concordo plenamente. Eu não sei como a questão da contratação das pessoas trans poderiam estar descritas no edital de contratação. Nós gostaríamos que a Câmara fizesse um pedido em relação à isso que

encaminharemos, tanto para Ouvidoria para a geração de serviço quanto para nossa área de contratos para que tenham a informação e a sensibilidade no momento em que for redigir esse edital. No nosso evento de hoje, às 17 horas, nós nos preocupamos com relação à isso, logo, uma das recepcionistas é uma trans aqui do Distrito Federal. O Conselheiro Clóvis faz uso da palavra: Uma pergunta ao Conselheiro Frederico: vocês discutiram o documento que a Câmara Técnica de Combate à Violência fez da visita em Salvador? Conselheiro Frederico faz uso da palavra: Discutimos esse documento. A Irina, inclusive, tinha solicitado um momento para fazer essa conversa com o Conselho, só que a reunião era descentralizada e aconteceu em Manaus. Daí, não aconteceu esse retorno. Mas podemos pedir para que, na próxima reunião, a Ouvidoria faça a devolutiva, inclusive com as recomendações que vocês fizeram. Eu já sei que algumas foram implementadas. Então, Katia, para a próxima reunião do Pleno, vamos pedir um momento com a Ouvidoria para uma devolutiva em relação ao Relatório que foi feito pela Câmara Técnica de Combate à Violência. O Presidente faz uso da palavra: Então, vamos deixar registrado aqui três (03) questões: 1) a presença da Ouvidoria, em resposta a visita da Câmara Técnica de Combate à Violência à Salvador; 2) Envio dos dados que o Conselho está solicitando estarem à disposição para cada Pleno. Uma coisa simples, portanto não precisa a presença da Ouvidoria em cada Pleno. Dados colhidos no intervalo de uma reunião do Pleno para o outro, conforme dito pelo Conselheiro Léo. Nada complicado: número total de ligações, de atendimentos, de denúncias de violações, tipos de denúncias, mortes e quantos funcionários estão trabalhando no módulo LGBT do DISQUE 100; e 3) o Ofício em resposta ao CNDH sobre o fim do DISQUE 100, lido pelo Conselheiro Frederico e assinado pelo Secretário Executivo do Ministério dos Direitos Humanos, Sr. Johaness, circule em todas os instrumentos governamentais e nas redes sociais. Inclusive, para nossos e-mails. É uma resposta do Governo que deve ser publicizada. Ele já vai circular no WhatsApp, depois a Katia passa por e-mail. São 12 horas e 10 minutos, e temos algumas questões das Câmaras Técnicas que precisam de deliberação do Pleno. A proposta é de que esse Pleno solicite uma reunião extraordinária do CNCD/LGBT para 24 de julho, com um único e exclusivo ponto de pauta: avaliação da Terceira Conferência Nacional LGBT. A reunião foi extraordinária foi aprovada pela Plenária da 39ª Reunião Ordinária do CNCD/LGBT. A SDH vai ter a preocupação de ver a passagem do Conselheiro Cássio que mora em Macapá, com poucos voos no domingo. Gostaria de pedir aos Ministérios para comunicar aos representantes que estavam, à época, e que participaram da Terceira Conferência, pudessem vir com vocês, se ainda estiverem na estrutura do Governo. Conselheiro Washington faz uso da palavra: a nossa Câmara Técnica tem dois (02) assuntos pendentes: 1) LDO de 2017; e 2) vamos convocar a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) para nos apresentar com está disposto o orçamento. Já que está marcada a Reunião Extraordinária para o dia 24/08, nós gostaríamos de ficar até o dia 25/08. O Presidente faz uso da palavra: agora vamos a apresentação das Câmaras Técnicas. São 12 horas e 16 minutos. Câmara de Norma e Legislação, relator é o Conselheiro Lucas. São 12 horas e 18 minutos, nós temos 40 minutos. Ou seja: dá uma média de quinze minutos, no máximo, para cada Câmara Técnica. Quem puder fazer em menos tempo, eu agradeço. Câmara Técnica de Norma e Legislação. Conselheira Luma, Presidente da Câmara Técnica de Norma e Legislação, faz uso da palavra: serei bastante sucinta falando da câmara técnica legislação e normas. Farei uma geral e demais integrantes farão a parte específica, sobre o documento que foi produzido. Durante a reunião, nós deliberamos pela aprovação da nota de apoio ao PL de autoria do Deputado Jordy e outro do Tião Viana. São dois (02) projetos de lei que tratam de questões LGBT. Portanto, cabe,



a cada um dos integrantes que elaboraram a nota apresentar o documento que foi produzido. A nota de apoio sobre o Pacto Universitário foi aprovada também Mas, amanhã, pela manhã, estarei fazendo uma visita no MEC para tratar com a Secretária Ivana, juntamente, com o Conselheiro Eliseu sobre Pacto e aí. Eu vou me apropriar do tema para que possamos, realmente, fazer a fundamentação necessária desse apoio. Nota de apoio ao Edital Cultura de Paz também foi aprovado, assim como é o retorno do Conselho LGBT no âmbito do Comitê de Cultura do Ministério da Cultura. Sobre a nota sugerida pelo Conselheiro Gil, já ficou deliberado, anteriormente, por isso não irei repetir. Basicamente, foram esses os temas tratados. O PL 7.582/2014 que dispõe sobre Criminalização da LGBTfobia, vai ser um tema de conversa com a Ministra; a reação do Estado a violência; o PL 470/2013 do Senado que dispõe sobre o Estatuto das Famílias, reconhecimento do Estado aos diversos arranjos familiares; o PL 5.002/2013 que dispõe sobre a identidade de gênero decidirei. Basicamente, foram essas as nossas deliberações e os colegas irão apresentar os documentos. Conselheiro Lucas faz uso da palavra: Nós poderemos sugerir que sejam compartilhadas e que os Conselheiros tenham um prazo para acrescentar, porque para que nós não fiquemos discutindo questões de texto. É só para esclarecer quais são os PL: o PL, o primeiro que nós nos manifestamos a favor, é o PL 191/2017 do Senado, que trata da ampliação da Lei Maria da Penha para incluir as travestis e mulheres transexuais no âmbito da proteção legal, prevista pela Lei 11.340/2006. Eu encontrei um outro PL um outro PL, com esse mesmo teor, de 2014 na Câmara dos Deputados, de autoria da Deputada Jandira Feghali, o PL 8032/2014. No texto que vamos circular, específico, e vamos aguardar as modificações propostas, para que cada Conselheiro possa avaliar. E a outra nota de apoio é sobre o PL 256/2011, preparada pelo Conselheiro Eliseu. Conselheiro Eliseu faz uso da palavra: este PL é de autoria do Deputado Arnaldo Jordy que altera a LDB, incluindo direitos humanos como diretriz a ser observada Pela Educação Básica e alcance dos objetivos do ensino Fundamental. Nesse momento de discussão sobre a escola, esse PL já foi aprovado já na CCJ, por unanimidade, está esperando para ser encaminhado ao Senado. Penso que seja um momento bem propício para apoiarmos o PL. Eu Mando o texto que eu fiz. Conselheiro Lucas faz uso da palavra: Com relação a esse PL, específico, do Arnaldo Jordy, eu chamo atenção para os Deputados que aprovaram, por unanimidade, na CCJ, porque dentre esses Deputados, têm vários que bateram de frente com outros PL relacionados aos Direitos da população LGBT. Acho importante nós nos apropriarmos destes momentos para poder confrontá-los. Conselheiro Eliseu faz uso da palavra: Esse PL vem de encontro com a nota que aprovamos para o MEC, o Pacto pela Educação em Direitos Humanos. Nós temos um outro PL que decidimos guardar, justamente, para não chamar atenção dos reacionários. São duas coisas que se a gente conseguir tramitar a favor dos Direitos Humanos e as questões sobre diversidade. As outras duas moções que eu tenho já foram resumidas: uma sobre o retorno do Comitê LGBT; e a outra é o Edital de Cultura da Paz que vai distribuir 300 prêmios, tendo como objetivos: para jovens de 15 a 29 anos; a cultura LGBT; e os refugiados. Conselheiro Clóvis faz uso da palavra: em relação a nota sobre o Pacto Universitário, é importante informar, Conselheira Luma, que este Conselho já esteve no MEC e participamos de uma exposição feita, para todos os Conselheiros que lá estiveram. E, naquela época, apareceram alguns pontos que foram motivos de discussão e de estranhamento. Então eu acho que precisamos, realmente, fazer uma leitura e observação nessa questão. Das outras notas está tranquilo. Conselheiro Eliseu faz uso da palavra: eu marquei uma reunião com a Secretária Ivana, se mais alguém quiser ir, a reunião será às 9 horas, alguém do Conselho que estar lá? Enfim, o

convite está aberto. Eu conheço o Pacto, estive no MEC com a nossa Deputada, porque queremos elaborar uma PL para que se torne obrigatória disciplinas que tratem de orientação sexual e de identidade em todos os cursos de formação de professores de pedagogia e vamos lançar no próximo ano, em conjunto com o MEC. Conselheiro Daniel faz uso da palavra: Conselheiro Eliseu, há possibilidade de ter são destaque em cima do seu informe sobre o a possibilidade de ter alguma cota, nesses editais para juventude e para a juventude e para a juventude negra? Conselheiro Eliseu faz uso da palavra: Toda a articulação para o lançamento dos editais foram feitas com a Central Única de Favelas – CUFA, com primazia para a juventude negra. Não fizemos uma cota, diretamente, mas toda a divulgação do edital está sendo com foco na juventude negra, com recorte para maiores vítimas da violência, que é o jovem negro, a população LGBT e as pessoas refugiadas. Como não caberia colocar no Edital, estamos fazendo isso por meio da divulgação. Já estamos fazendo essa divulgação com a CUFA a bastante tempo, tendo como foco o jovem negro. Conselheiro Daniel faz uso da palavra: Mas é importante ter no edital alguma coisa que reforce, alguma cota que permita atingir esse público. Conhecemos muito bem o racismo institucional, conhecemos as dificuldades de entidades de pessoas negras de se inscreverem, e existe a burocracia coloca. Não conheço o edital, mas quero muito conhecer. Coloca por cotas, 60%, de acordo com a representação da população negra, dentro da população brasileira, em geral. Conselheiro Eliseu faz uso da palavra: quando ele foi pensado, era para jovens negros. A redação, não fui eu quem fez, foi um professor da SCDC. E, na última reunião que tive com eles o foco era juventude negra. Vou levar essa consideração para eles e dou um retorno para vocês. Conselheira Liliane faz uso da palavra: na verdade, eu queria fazer uma pergunta para a Câmara de Legislação e Normas, porque na reunião de Fevereiro, eu tinha feito uma solicitação à Câmara instrumentalizar o Conselho com relação a uma Secretaria, se seria viável para nossa pauta ter uma secretaria, como a do Conselho, pensar na questão do orçamento, para que saibamos se é uma pauta que vamos colocar como uma prioridade para encaminhar. Conselheira Luma faz uso da palavra: Conselheira Liliane, você solicitou à Câmara? Eu disse que só iria responder se fosse oficial. Continuo com a mesma sistemática. Nós só vamos responder quando tiver instrumento oficial da Câmara de Combate à Violência ou de qualquer um setor. Porque nós não podemos ficar mais na verbalização, porque nós vamos ter problema. Nós precisamos ter um registro, até para saber quem solicitou e dar uma resposta à quem solicitou. Vamos manter essa estrutura. E, eu retorno: você pode enviar para mim, por e-mail. Conselheira Liliane faz uso da palavra: eu reenvio o e-mail. Precisamos registrar o que é aprovado no Pleno. O Presidente passa a palavra para o Relator da Câmara Técnica de Monitoramento do Plano Nacional LGBT: Conselheiro Waldir faz uso da palavra: Eu e o Conselheiro Eduardo vamos dividir o tempo Presidente. Eu vou pular os informes e vou direto para os encaminhamentos. 1) devem ser encaminhados os nomes do Conselheiro Léo Mendes e do Conselheiro Clóvis Arantes para workshop de julho do Labi; 2) deliberamos, também, os nomes que vão para a consulta pública feita pelo Fórum de Participação Social do Mercosul, coordenada pelo IPPDH – Waldir Siqueira e Washington Dias; 3) pedimos encaminhamento do Conselho para encaminhar um ofício para o Gabinete da Ministra de Direitos Humanos, com as seguintes questões para esclarecimentos: nitidez quanto a estrutura do Ministério dos Direitos Humanos, se haverá alguma mudança na Coordenadoria LGBT, qual? Haverá aumento dos recursos humanos? Haverá dotação orçamentária própria? será um cargo de segundo, terceiro, quarto, quinto escalão? Haverá departamento LGBT, uma diretoria LGBT? Em relação ao

DISQUE 100, o módulo LGBT será extinto? Onde será a porta de entrada nas redes de direitos Humanos LGBT? Haverá aumento de atendentes no DISQUE 100? os módulos do DISQUE 100 serão separados por telefone diferentes? Enviar um Ofício convidando a Ministra para participar da próxima reunião do Pleno para que ela apresente o seu relatório de gestão sobre os Direitos Humanos e, especificamente, na área LGBT, e qual é a proposta de estrutura para Ministério do Direitos Humanos. 4) convite a Secretária da Cidadania Flávia Piovesan, solicitando sua participação na próxima reunião do Pleno, para prestar informações sobre o DISQUE 100 e a estrutura da SDH; 5) Encaminhar Ofício para a Secretaria de Orçamento Federal para apresentar a proposta de LDO e LOA 2018, especificamente na área LGBT; encaminhar a apresentação do projeto piloto de monitoramento participativo tempestivo do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para apreciação e aprovação do Pleno. 6) Solicitar a presença dos atuais Conselheiros da Câmara Técnica do Plano na reunião de outubro de 2017 para informar a nova gestão todo trabalho feito, garantindo assim unidade para o processo permanente de articulação institucional, planejamento, orçamento, e monitoramento; e 7) encaminhar, com urgência, ao Gabinete da Ministra dos Direitos Humanos um ofício solicitando o adiamento do lançamento da Campanha Deixe seu Preconceito de Lado. Respeite as Diferenças, até que seja apreciada e deliberada pelo Conselho conforme artigo primeiro da Resolução Nº 13 de 2015, combinando com o artigo décimo primeiro do mês 11º primeiro do artigo 4, do capítulo do Regimento Interno do CNCD/LGBT. O Presidente faz uso da palavra: Acho que tem duas questões que ainda precisamos responder à Conselheira Liliane: como está o diálogo com o STF, após o envio de dois (02) ofícios; e 2) a criação da Secretaria Nacional dos Direitos de LGBT, tiraremos encaminhamentos para essas duas questões. A maioria dos encaminhamentos da Câmara Técnica de Monitoramento do Plano já foi respondida (DISQUE 100, os pontos que serão discutidos com a Ministra), porque a reunião da Mesa Diretora aconteceu após as reuniões das Câmaras Técnicas. Depois que terminarmos o Pleno vamos preparar os pontos de pauta, segundo as orientações que recebemos e, dividiremos entre nós, cada um da Mesa Diretora terá, em torno, de 10 minutos para apresentar os vários assuntos e ter tempo para as respostas da Ministra. Conselheiro Eduardo faz uso da palavra: Vamos fazer uma apresentação rápida para não tomar muito tempo do Pleno. Estamos apresentando uma proposta de monitoramento participativo, em todos os Conselhos: os nove (09) de agendas e os três (03) temáticos que temos. A ideia é passarmos o que vai ser esse monitoramento 2016 – 2019, que estamos tentando fazer de uma forma muito mais participativa do que tem sido, até agora. A participação social está na Lei do PPA e está na Constituição Federal. Participação social é uma meta de governo, não é uma filigrana. Essas são as agendas e todo mundo já conhece, e discutimos, muitas das vezes, no Fórum Interconselhos, o próximo acontecerá na segunda semana de setembro, já está confirmado e vamos enviar o informe para vocês, em tempo. Uma agenda que está entrando muito no radar da Esplanada são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). E, é muito importante porque tem muita coisa ligada a gênero, à identidade de gênero. E, é uma aposta que estamos fazendo que estamos com essa agenda conservadora tanto no Congresso quanto em parte do Executivo, uma das ideias é que os constrangimentos internacionais possam de alguma forma ajudar a implementarmos essas políticas aqui. A OEA, a própria ONU, o PNUD que está encabeçando a questão dos ODS é uma aposta que estamos fazendo para melhorar a implementação de políticas. Estamos coordenando na SEPLAN, uma Secretaria dentro do Ministério do Planejamento, uma coisa chamada de AGP que é uma parceria para governo aberto,

que tem as bases de fortalecimento da transparência e da participação e temos o compromisso 14 - que é ampliar a participação social no PPA por meio do fórum Interconselhos. É o primeiro módulo é esse de preparar uma proposta de metodologia de monitoramento participativo. É esse o marco que queremos apresentar para vocês. Essa nova proposta não suprime o que vem sendo feito até hoje, aquele monitoramento com as agendas transversais, que no final do ano abre-se o SIOP, que é o sistema de monitoramento do planejamento da Esplanada, vai continuar. O que estamos propondo é uma nova metodologia porque, hoje, fazemos um monitoramento depois de 12 meses de feitas as ações. O que a gente faz não é avaliação e nem monitoramento. Estamos nos propondo uma nova forma de fazer isso. Continuamos com monitoramento atual, mas estamos propondo uma nova forma de fazer e estamos chamando de essa aí já tá chamando monitoramento participativo tempestivo. Nós vamos utilizar muito mais os Conselhos e as Câmaras Técnicas para fazer esse monitoramento. Cada um dos 12 conselhos vão selecionar 5 metas e/ou iniciativas. Por que 5? Porque é um piloto; porque não queremos entrar com todas as iniciativas, porque seria muito trabalho e não vamos conseguir fazer. Os Conselhos vão escolher da forma que acharem mais viável, 5 metas/iniciativas; o Planejamento vai receber esse material, junto com a Secretaria de Governo, e vai encaminhar e vai trabalhar junto com os setoriais na elaboração de plano de implementação simplificado. Esse plano vai conter o que deve ser feito e os prazos para que o que falta ser feito. O que queremos fazer é melhorar, porque o fazemos, hoje, é monitorar produto, monitorar serviço entregue. E, isso não é monitoramento. Você monitora processo. A ideia é explodir cada uma das metas e iniciativas selecionadas em um plano, e esse plano vai ser devolvido para os Conselhos e para as suas Câmaras Técnicas. A partir daí, esse monitoramento tempestivo, no tempo. Não só a cada 2 meses os Conselhos e nas suas Câmaras Técnicas, mas também a Secretaria Executiva do Conselho vai ter esse plano de implementação e ela vai poder cobrar, no dia a dia, o que está sendo feito pelos Ministérios. E, isso feito pela mediação da SEPLAN e da Secretaria de Governo. Isso depois vai ter um ponto de chegada, que é o Fórum Interconselhos de audiências anual e as audiências digital, que vão ser cadastradas a cada seis meses, ou seja: um processo contínuo. Só para exemplificar, rapidamente, na agenda LGBT, se a meta selecionada fosse a de aumentar para, no mínimo, 90% a proporção de pessoas vivendo com HIV em tratamento em, pelo menos, seis meses com um cara viral suprimida, é uma a uma meta de implementação pelo Ministério da Saúde, a SEPLAN vai sentar junto com a SPO e junto com a com a Secretaria de Vigilância, mandar para o CNCD/LGBT e também para o Conselho Nacional, que tem interesse porque ele é o Conselho da Política Universal. A partir daí, vai ter feito o monitoramento das ações do Ministério da Saúde e isso pode ser feito também dentro dos próprios hospitais em que esses procedimentos vão ser elaborados. A ideia é que a gente aproxime muito mais o implementador de políticas públicas dos Conselhos Nacionais para que possam, via participação social, fazer a cobrança, em controle democrático. Inclusive, a partir de cidadãos que tem acesso ao Conselho e suas organizações de base. Tem outra agenda para mulheres, que vou deixar como exemplo, é um pouco mais complexo. Tem para igualdade racial, a questão das cotas, que eu já falei no início do dia. São todos os exemplos que a gente está passando pelos Conselhos para mostrar essa nova ideia de monitoramento. Quais são os avanços? Vamos aproximar a SEPLAN e as áreas finalistas dos Ministérios; vai aumentar muito mais capacidade civil, a partir dos Conselhos Nacionais que vão influenciar, diretamente, a execução da política; vai fortalecer, institucionalmente, as Câmaras Técnicas dos Conselhos; e vai dar muito mais transparência para as ações do Executivo.

Quais são os desafios? Esse processo é inédito. É um piloto, nunca ninguém fez. O burocrata médio vai querer morrer quando ele vir esse processo, porque ele não quer abrir agenda dele. Por outro lado, se ele tiver constrangido por alguma coisa que ele não consegue mais resolver, ele vai, de uma forma oficial, estar que o próprio Conselho vai ajudá-lo, indo na mídia; falando com o Congresso Nacional; e conversando com as ouvidorias. A ideia é jogar luzes muito mais forte sobre o processo de implementação de políticas. Elaborar esse plano de implementação vai ser um desafio para fazer com os setoriais. No projeto de elaboração de PPA, as metas estruturantes foram rebaixadas como iniciativas. Metodologicamente, a elaboração do PPA tem uma fraqueza que vai atrapalhar. Mas pretendemos fazer, de uma forma mais efetiva, esse monitoramento. O Conselheiro Léo Mendes foi, realmente, muito feliz quando ele disse que o que a Sociedade Civil tem que monitorar são assunto. O PPA tem umas metas e iniciativas que tem uma linguagem burocrática. Quando vocês receberem o Plano de implementação, vocês vão estar, na verdade, monitorando aquele assunto em específico. E, o plano de implementação simplificado vai ser o norte, vai ser uma bússola de como que aquilo vai ser implementado pelos setoriais. Estamos esperando que no Fórum Interconselhos, que acontecerá, provavelmente, na última semana de setembro e já temos as cinco (05) metas selecionadas. Cinco (05) metas e/ou iniciativas selecionadas pelos Conselhos. E, o processo de seleção pode, inclusive, ser apresentado no Fórum Interconselhos. A forma como esse processo será feita, o Governo e o Ministério do Planejamento estão deixando em aberto para que os Conselhos e as Câmaras Técnicas possam resolver, de forma autônoma e Soberana. O Presidente faz uso da palavra: Câmara Técnica de Combate à Violência, por favor. Conselheira Tathiane faz uso da palavra: É só para parabenizar que eu tive acesso, por meio de dois (02) outros companheiros, da mesma Secretaria apresentando no Conselho Nacional de Assistência Social, na semana passada. A apresentação foi mais longa, nós discutimos a metodologia dos envolvimento do Conselho. E, eu vejo uma metodologia que aproxima muito ao espaço do controle social acompanhar. E, a busca desse Conselho para ampliar o Plano e esse recurso, foi árdua, e essa é uma metodologia que garante que possamos estar acompanhando e vendo, e isto estará colocando em prática. Na verdade, é uma moção de parabéns. Uma forma de parabenizar a atitude que, de forma organizada eu acho que essa outra apresentação, que foi feita, no MDS, destrinchou pouco o envolvimento e eu acho que você poderia socializar a sua apresentação porque daria mais a compreensão da importância da participação dos Conselhos. Conselheiro Eduardo faz uso da palavra: Muito obrigado, Conselheira, eu vou passar a versão mais completa para todo o CNCD/LGBT. Conselheira Liliane faz uso da palavra: Serei breve porque são só onze (11) páginas de relatório da Câmara. A nossa Câmara, o Conselheiro Daniel nos trouxe uma informação de que o CONANDA tem interesse de aprovar um GT conjunto com CNCD/LGBT para discutir as questões relacionadas à orientação sexual e a identidade de gênero na infância e na adolescência. Nós gostaríamos de aprovar o mérito dessa proposição para que possa se estudar esse diálogo entre o CNCD/LGBT e o CONANDA. E, também apoiar a moção que eles vão escrever, com relação à violência contra à população LGBT. Nós tínhamos na Câmara uma ação de enviar para o DISQUE 100 um documento, com alguns questionamentos para quem executa a operação. Diante de tudo isso que está acontecendo com o DISQUE 100, ontem, nós até tentamos agendar uma reunião diz que sem a gente até tentou também agendar uma reunião, mas eles disseram que não estavam com agenda. Então, vamos precisar marcar uma pauta para conversar e pensar em uma sistematização entre a Câmara e o DISQUE 100. Então, fica a indicação de agendarmos, o quanto antes, essa reunião

para que nós possamos ver como ficam os encaminhamentos. Outra demanda que tínhamos, como relação ao DISQUE 100, no sentido, também, de qualificar o trabalho da operação é de realizar parcerias para formação e também da construção de documentos que pudessem ajudar e no cotidiano do trabalho da operação. Com relação a isso, nós já tínhamos discutido no Pleno, até a Conselheira Luma tinha feito sugestões de alguns nomes da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o Felipe Fernandes e o Leandro Collings. Com relação a isso, antes de tentar essa articulação, vai ser verificado se o LABI não pode ajudar, dentro do plano que foi contratado, nessa operação do LABI, se isso está incluso e se poderemos tentar por essa via para fazer esse execução, e tendo essa disponibilidade, vai ser verificado as sugestões que a Conselheira Luma fez. Com relação a contratação da Consultoria para elaboração dos relatórios das violências anuais, ontem nós conseguimos conversar com a Coordenadora Marina que nos informou que se mantem o encaminhamento de que haverá a consultoria para realização desses relatórios. Com relação ao Pacto de Enfrentamento à LGBTfobia, no Brasil, a Coordenadora Marina também já tinha passado a informação que teria uma articulação para tentar viabilizar a consultoria para elaboração desse Pacto. Só que a Câmara entende que podem ter várias etapas nesse Pacto. E uma das etapas que consideramos até bem urgente, uma demanda prioritária é: todos os órgãos do governo, que tem representação no CNCD/LGBT tem que apresentar para nós quais são as deliberações com relação às demandas LGBT, mais especificamente sobre violência, por exemplo, Saúde, Previdência, tanto no PPA quanto nas deliberações das conferências. Porque isso pode nortear as ações e os Conselheiros precisam fazer essas devolutivas do que que tá sendo encaminhado dessas deliberações: 1) Para que não fiquemos “reinventando a roda” e trabalhar para o que já foi construído, seja nas conferências, seja do que já tá em proposições do PPA. Então, nós tiramos como encaminhamento que, a primeira etapa desse Pacto seja que as representações do governo façam esse levantamento. E, depois vamos articulando linhas de ação. Isso não exclui que se mantenha as articulações para viabilização da consultoria. E, também queremos solicitar que, na próxima reunião da Câmara, tenhamos as apresentações de alguns pactos que já estão acontecendo, até para sabermos o que está em andamento e o que não está, para que possamos pensar nesse Pacto de Enfrentamento à Violência de maneira propositiva e articulada. Então, na próxima reunião da Câmara queremos as apresentações. Até a SPM que compõe a Câmara se prontificou a apresentar o Pacto de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Nós também solicitamos e a SEPIIR se disponibilizou a apresentar o Plano Juventude VIVA e, além disso, pleiteamos, também, a apresentação do Pacto de Redução de Homicídios. Uma questão muito importante que discutimos na Câmara, até na reunião do Amazonas, a Silvia que estava fazendo representação da APA, falou sobre o Comissário da ONU que vai ficar, especificamente, para essa pauta LGBT. Então, a nossa Câmara sugere, para que seja apreciado e discutido pelo Pleno de se convidar esse Comissário da ONU para discutirmos os avanços e a perspectivas das políticas LGBT, no Brasil. A Câmara Técnica aprovou de se encaminhar ao Pleno que o Pacto de Enfrentamento tenha várias etapas e que os órgãos governamentais mapeiem as execuções de ações das deliberações propostas nas Conferências, no PPA. Solicitar à Secretaria Executiva que officie o Ministério da Justiça, porque este Ministério está na nossa Câmara de Combate à Violência, teve algumas participações, inclusive, se propôs a fazer algumas deliberações da Câmara e não está participando. Outra pauta da Câmara foi com relação ao Conselho Nacional de Assistência Social. A Conselheira Adriana informou que o CNAS aprovou a proposta de construção de uma Resolução Conjunta com o CNCD/LGBT. Para isso, é

necessário que seja aprovada neste Pleno uma reunião entre representantes desta Mesa Diretora e a do CNAS, com a participação da representante do MDS no CNCD/LGBT para tratar dos assuntos relacionados a essa Resolução Conjunta. Conselheira Adriana faz uso da palavra: Só para complementar, o CNAS enviará uma solicitação para o CNCD/LGBT também. Conselheira Liliane retoma a palavra: Ainda com relação a pauta da assistência, a Câmara Técnica entende que seja necessário elaborar e publicizar um documento das entidades LGBT do Conselho, como orientador para subsidiar o debate das Conferências Municipais, Estaduais, Distrital e Nacional. Também é importante que as categorias profissionais CFP, OAB e CFESS instrumentalize esses profissionais sobre as demandas LGBT nas Conferências da Assistência. O Daniel Arruda do CFP informou que vai ter uma reunião no CFP do Fórum de trabalhadores da Assistência e que também esses profissionais também precisam ser instrumentalizados com relação a isso. A Conselheira Tathiane faz uso da palavra: Foi citado aqui, em algum momento, a questão sobre a nota de repúdio ao Legislativo do DF. Eu acho que é passível deste Conselho, tanto emitir uma nota de repúdio a Câmara Legislativa Distrital quanto uma nota de louvor a postura da gestão do DF, que diretamente e prontamente, após a revogação, publicizou uma nota dizendo que iria judicializar a questão que não retrocedia com a causa. E, hoje, pela manhã o governo distrital acaba de dispensar o seu líder do Governo da Câmara, mostrando o compromisso dessa gestão com a atuação da política LGBT. Então, eu chamo atenção chamar atenção, fora a vontade LGBT, que reconheçamos a boa disposição e a coragem, em um momento turbulento de um governo, que realmente, não tem aceitação popular na administração muito boa, mas que com a pauta LGBT se mostra comprometido com a causa. Conselheiro Daniel faz uso da palavra: Conselheira Tathiane, nós fizemos uma nota de repúdio aos Deputados e às Deputadas que vetaram na Câmara Legislativa do DF o Decreto do Executivo. Nós fizemos uma nota de repúdio. Agora, tem uma nota de louvor. Então, vai ter que construir uma outra nota sobre essa questão do Governador. Conselheira Tathiane faz uso da palavra: Eu me proponho a construir e repasso. Conselheiro Léo Mendes faz uso da palavra: Nesse momento, eu sou contra a nota de louvor. Louvor é no momento em que o governador fez o Decreto e a sua Bancada – porque não foi a bancada da oposição, foi a Bancada do Governador – votou contra o Decreto dele. Me lembra muito a história de Ideli dentro da Secretaria de Governo. Chegava pra gente e falava: não, eu sou favorável a criminalização da homofobia. Mas quando ela chegava na Bancada do Governo, dizia: está liberado. Falava uma coisa, mas quando entrava no Congresso era outra coisa. E, aí não ia para frente a política, porque dependia da posição do Congresso. E, nós falávamos que a responsabilidade era dela, a Bancada é do Governo, não é uma Bancada de oposição que está votando contra a LGBTfobia. Inclusive, os fundamentalistas fazem parte da Bancada do Governo. Então, é de responsabilidade do governo cobrar cada cargo que deu para cada Pastor, e falar: agora, eu quero que você vote desse jeito. O que nós podemos fazer e, no final, levar uma nota de louvor na próxima. Primeiro, acho que há consenso entre nós de fazer um repúdio e nominar quem são os parlamentares, porque tem que ficar na memória da população, um a um, dos que votaram contra. Segundo, fazer uma moção de apelo aos demais parlamentares: os que se abstiveram e os que votaram a favor, e também ao Governador, para que peça a sua Bancada, para colocar novamente em votação, porque isso pode ser feito. O Cunha fazia: perdia num dia, no outro dia chamava o povo e votava de outro jeito. O Rollemberg, se quiser pode chamar a turma dele que estava fora e falar assim: vem cá amanhã eu quero que vocês estejam lá e votem a favor. É assim que funciona a vida política no país, infelizmente é assim. Porque se o

governador mandar avisar àquele que não votar, aquele cargo que você pediu, tem um punhado de gente querendo. Você lembra daquele projeto que você mandou para cá da sua igreja que está para liberar de não sei quantos mil, eu vou barrar ele aqui. Então, tem muitos métodos do Executivo fazer com que o Legislativo ande na linha. O que eu vi na mídia, e aí quero que me digam que eu vi errado, que foi a Bancada do Rodrigo Rollemberg que votou contra o Decreto do Rollemberg. Então, como poderemos dar louvor para algo que não se consumou? Como sexo Conselheira Tathiane. Não adianta só falar: ai que bom que o fulano deixou de ser transfóbico e vai transar com a travesti. O louvor vai se dar quando o Governador conseguir implantar essa Lei no Distrito Federal. Por enquanto, a Lei não foi implantada. Infelizmente, ele saiu bem na fita, um dia depois da Parada, com mais de 60.000 pessoas, se saiu mal, com a sua própria Bancada derrubando o Decreto. O que estou dizendo aqui, Conselheira, é que não sou contra o louvor, mas não nesse momento. Eu colocaria uma moção de repúdio aos parlamentares que votaram contra e uma moção de apelo para o Governo Rollemberg, as Bancadas que votaram pelo Decreto e os que se abstiveram para que votem novamente e aprovelem esse Decreto. Finalmente, depois passado o Decreto na Câmara Distrital votamos a moção de louvor ao Rollemberg, como um Governador amigo dos LGBT. Conselheira Tathiane faz uso da palavra: Eu chamo a ponderação dos Conselheiros e Conselheiras para que parem, mais uma vez, de estarem se inclinando nesse Conselho a observar filiação partidária ou gestão partidária que comanda os governos e se atenham ao compromisso destas gestões com está pauta. O Governador que apresentou esse projeto, que esperou, que sancionou, que colocou na data, que prova, ontem com uma nota pública, depois da vergonha que a Bancada independente, que o Conselheiro Léo cita aqui, porque ele compara um ato de governo ao sexo, venha a comparar quando um governo jogou fora um Plano de Educação e se vendeu para uma Bancada Conservadora. E, isso não foi citado aqui. Diferente dessa postura, o Governador Rollemberg enfrentou quem quis coagi-lo e judiciou a ação ontem, dizendo que não retrocede. Então, é ação corajosa e comprometida do Governo do Distrito Federal com a pauta LGBT. Então, vamos parar aqui, de todas as vezes estar só visualizando, primeiramente, nossas inclinações partidárias do que o compromisso com a pauta. Chamo atenção dos Conselheiros e das Conselheiras para isso. O Presidente faz uso da palavra: Há alguma questão que vocês entendem que precise ser votada? Há a possibilidade de uma moção de repúdio que a Câmara Técnica já tinha feito e existe outra propositura de uma moção, talvez uma moção de apoio ao Governador pelas atitudes tomadas por ele de não retroceder, pode ser nesse sentido, Conselheira Tathiane? Conselheira Tathiane faz uso da palavra: Por mim, tudo bem porque a palavra louvor é até uma forma de minimizar, talvez. Mas eu chamo atenção, mais uma vez, para que a gente pare de cada vez mais, aqui, estar fazendo assepsia por comportamento geral de filiação partidária das pessoas. Nós começamos apoiar posturas de governo que se compromete com a nossa causa. Nós precisamos disso, principalmente, nesse momento que os aliados são muito fluídos nessa população. Que essa nossa pauta pode ser trocada, a qualquer momento, por interesse de número, em algum momento. Essa demonstração sim, num momento caótico do governo, tem que ser falado, num momento de rejeição. É um governo rejeitado pela população do Distrito Federal. E outros governos, inclusive o Federal, quando rejeitado trocou a nossa pauta pelo voto dos conservadores. Conselheira Luma faz uso da palavra: Como se trata de um ponto que foi colocado pela Câmara sobre a sugestão para o desenvolvimento da formação dos atendentes do DISQUE 100. O ideal é que sejam todos para que possam compreender mesmo a sistemática. Não adianta aponta entender e quem desenvolve a atividade não entender. Então,



nós precisamos que os recursos humanos disponíveis para o DISQUE 100 tenham uma formação específica para este atendimento. Isso estava claro quando o tema foi colocado em pauta, desde a apresentação do resultado da visita Câmara. E, na ocasião, eu propus, através da ABEH, contribuir, e aí foi uma sugestão de minha participação, no momento, que nós pudéssemos disponibilizar uma formação, já que há essa carência e essa necessidade. Coloquei a ABEH disponível porque nós temos representantes no Brasil inteiro, de docentes que trabalham com as questões de gênero e sexualidades. Foi sugerido que eu entrasse em contato com algumas pessoas. E, eu entrei em contato com algumas pessoas, conforme foi deliberado. Convidei o Leandro Collings, convidei o Felipe, porque, inicialmente, se trata de uma Universidade Federal, que tem obrigação de nos atender. Então, a princípio, já parti daí. Usei uma lógica no processo de convite ou de iniciar um diálogo: tem condições, por exemplo, de atender? Porque eles têm um Núcleo, o NEIM, que trabalha, especificamente, com isso: tem mestrado e doutorado em gênero e sexualidade; e tem estudantes bolsistas para desenvolvimento do trabalho. Eu usei todos esses critérios. E, como foi deliberado, eu fiz a consulta. O Leandro não aceitou, por conta das atividades que ele está desenvolvendo. O Felipe Fernandes se comprometeu, totalmente. Ele, inclusive, disse que estava com um projeto pesquisa no DISQUE 100, por coincidência. Eu acho que a gente tem que ter um alinhamento. Nós somos um Conselho e temos que dialogar com os grupos que são representativos. Nós não estamos aqui por “close” não. Nós estamos aqui porque representamos instituições que têm um trabalho e têm o reconhecimento social e de nossos pares. Até de nós mesmas. Não tem sentido eu tratar das questões das Trans e movimentos sociais, sem falarmos, por exemplo, com a Conselheira Tathiane, que é uma pessoa que tem representatividade. Ou com a ANTRA que também tem essa representatividade, que é a Chopelly. Quem representa a Comunidade Científica, dentro do Conselho, é a ABEH. E, o que foi deliberado? Nós criamos juntos uma parceria. Nós iríamos fazer esse comunicado e nós entraríamos em contato. E, agora eu fiquei sabendo, não foi colocado as demais informações de que foi imposto o Diadorim, que é um outro grupo da Universidade, estar estabelecendo contatos a já para desenvolver o trabalho, e nós ficaríamos em segundo plano. Acho que isso é um desrespeito porque nós temos que ter um alinhamento nas nossas posturas. Se foi colocado uma posição e um Conselheiro ou Conselheira tomou iniciativa que foi deliberada, penso que nós poderíamos dialogar. Me desculpe, mas eu me senti desrespeitada, nesse momento, nessa ocasião. Porque nós ficamos em segundo plano e fica uma situação complicada, porque nós já dialogamos com o profissional. Então, eu acho que nós temos que ter esse alinhamento no, mínimo. Eu acho que a gente deve manter o que foi colocado. Se tem alguma coisa para ficar em segundo plano, nós poderemos verificar juntos, depois. Mas nós já temos um primeiro plano em relação a essa formação. Me desculpe, não é nada pessoal. É da sistemática lógica do desenvolvimento do trabalho. É só uma solicitação desse alinhamento. O Conselheiro Clóvis faz uso da palavra: Primeiro, a questão da nota de repúdio: tranquilo. E, eu acho que nós temos que fazer uma nota de aplausos, sim, para o Governador, indicando, na nota, que ele endureça na questão das proposições e da proposta que foi mandada para Câmara. Mas assim, dizendo que está correto e que esse Conselho espera que ele endureça, que ele não retorne da sua indicação de fazer esse projeto avançar. O Presidente faz uso da palavra: não tem mais como abrir para novas inscrições. O Conselheiro Léo e depois a Conselheira Liliane, porque há pontos que, minimamente, serem encaminhadas. Tem a nossa reunião; tem a reunião da Sociedade Civil, ninguém vai sair para almoçar. Nós ainda temos que preparar o relatório, segundo o que nós

temos, para apresentar para Ministra. O Conselheiro Léo faz uso da palavra: nós estamos falando de moção: de alerta; ou de aplauso; ou de pesar; ou de desagravo; ou de repúdio. Quatro tipos de moções. O que eu estou sugerindo é a moção de repúdio, com o nome dos deputados; uma Moção de apelo à Bancada que não foi votar; e outra de aplauso para o Governo do DF por fazer o Decreto. Seriam três (03) moções diferentes que sairiam do CNCD/LGBT. Mas, na do apelo dirigida ao Governador; àqueles que não foram no dia da votação; e àqueles que votaram favoráveis, para que eles coloquem novamente votação do Decreto na Câmara Distrital porque o movimento está pedindo que essa lei seja colocada. Diferente das falas que me antecederam, eu reconheço sim que o Rollemberg, nesse momento a conjuntura é o Governador mais avançado dentro política LGBT. Não há outro no Brasil. Nós estamos vendo um fundamentalismo de governadores, e, mais do que isso, estamos vendo uma desgraceira de gestores municipais, como Crivella, que está começando com atitude de tirar dinheiro para carnaval; de retirar dinheiro de lutas antigas dos movimentos sociais que vão se refletir na vida dos brasileiros e das brasileiras. Nós reconhecemos a atitude do governador mas fazemos um apelo à ele, à Bancada dele, aos que se abstiveram para que voltem na Câmara Distrital, novamente, esse Decreto que é de suma importância para os LBGT de todo Brasil. Conselheira Liliane faz uso da palavra: Quero fazer uma colocação sobre o que a Conselheira Luma trouxe. Nós fazemos os monitoramentos de todas as questões que são aprovadas em Pleno. Mas o que se traz aqui pode ser alterado. Por que nós pensamos no LABI? Porque nós já temos uma estrutura e nós não deixamos a articulação que você sugeriu. Nós podemos alinhar, eu penso que o caminho é esse. Mas não é uma ação desrespeitosa da Câmara, com relação a Entidade que você representa. Não é uma questão pessoal. Mas nós avaliamos que tem estrutura. E, se pudermos utilizar essa estrutura que, inclusive, já foi contratada para desenvolver ações, nesse sentido, nós vamos utilizar também. Agora, isso não exclui porque não precisa ser só uma linha de formação. Conselheira Luma faz uso da palavra: Nós precisamos ter clareza que as ideias não correspondem aos fatos. Por exemplo, no Pleno foi decidido que a ABEH iria consultar quem seriam as pessoas que poderia desenvolver o trabalho. Foi isso o que foi decidido. O LABI surge em outra linha, que não foi essa. Por isso é que digo que as ideias não correspondem aos fatos. E, quando as ideias não correspondem aos fatos, acaba acontecendo o desrespeito. É uma ofensa a uma Instituição que, aqui entre nossos pares, representa essa singularidade do conhecimento científico do processo de formação. Nós temos toda uma estrutura federal quando sente né disponibilizado então foi isso que eu coloquei não é nada pessoal lugar, com docentes disponibilizados. Então, foi isso que eu coloquei que nós temos que dialogar mais, até porque, às vezes, nos esquecemos do que foi desenvolvido até no Plenário. É só uma questão de alinhamento das nossas ideias e nós temos o zelo, por exemplo, quando algo for relacionada a uma Instituição que tenha *expertise* naquela temática, que tenhamos a sensibilidade de chamar o colega, que não é à toa que está aqui, porque representa uma Instituição. É termos essa referência dentro de nós mesmos. Porque se nós perdermos essa referência nós mesmos, vamos ser criticados lá fora. Conselheira Liliane faz uso da palavra: quero reafirmar que atitude na da Câmara não foi nesse sentido, Conselheira Luma. Até quando você coloca que foi deliberado em Pleno, aquela outra questão que eu tinha colocado também tinha sido deliberado em Pleno. O Presidente faz uso da palavra: Ficou a questão da propositura do Conselheiro Léo que se tenha três (03) moções: de repúdio dos deputados; uma de aplauso; uma de apelo. Apelo para que mantenha e aplauso. É isso? Conselheira Tathiane faz uso da palavra: eu propus de louvor, aplauso para mim, o sentido do apoio aqui vale. Mas sempre,

nesse Conselho, é aprovado a de louvor. Eu não sei porque a necessidade de mudar a palavra. Mas se for de aplauso está contemplado. O Presidente faz uso da palavra: Aprovadas as três moções dirigidas ao Distrito Federal. A primeira questão: no início da reunião, a Conselheira Liliane perguntou sobre a resposta do STF, a Presidente Cármem Lúcia, aos nossos escritórios. Enviamos dois (02) escritórios, um deles por intermédio da Secretária Flávia. Também fizemos um escritório para o Conselho Nacional de Justiça, do qual ela é também Presidente, para uma audiência com o Conselho, mas não obtivemos respostas. Sobre a criação de um GT CONANDA e CNCD/LGBT não há nenhum problema. Quero lembrar que isso já havia sido colocado, em Manaus, pelo Conselheiro Daniel que já tinha ido numa reunião. Só estamos aguardando a próxima questão que o CONANDA propor. É claro que vamos estar presentes nesse GT. Quando vier propositura do CONANDA vamos ver como estaremos de representatividade. Sobre a Resolução Conjunta CNAS e CNCD/LGBT, conforme disse a Conselheira Adrianna, virá um convite para a Mesa Diretora. É lógico que nos interessa também essa construção. Nós vamos ver como será encaminhada, assim que chegar o convite. Acho que eram essas duas questões que estavam pendentes. Sobre a formação do módulo LGBT do DISQUE 100, conforme já dito no começo desta Reunião, o que vai ficar registrado aqui é a necessidade de se pensar numa formação para o módulo LGBT do DISQUE 100. Vamos deixar passar um pouco essa questão para ver como de fato ficará a estrutura do DISQUE 100. Vamos deixar registrado também aqui o oferecimento feito pela ABEH de se coloca à disposição de estar apresentando uma propositura de formação, assim como a possibilidade de se ter outras parcerias. Seria isso, Conselheiros e Conselheiras? Conselheira Luma faz uso da palavra: Gostaria de colocar o seguinte: O Conselho deliberou e eu convidei pessoas. E, agora, eu vou fazer o papel daquela pessoa que tem o nariz vermelho e chegar para dizer para as pessoas: não era nada disso. Então, nós temos que ter a posição clara: O que foi dito? O que foi feito? E, temos que assumir as nossas posturas. Foi feita a deliberação que a ABEH iria ver junto aos profissionais. Foi feito, Conselheira Liliane. Você pode não aceitar, mas você tem que entender que foi feito. Todo mundo estava presente. Então, é uma coisa simples. Inclusive, a sugestão de formação foi dada para minha pessoa. Eu que coloquei a ABEH e as pessoas concordaram. Foram citados nomes e eu fiquei de fazer a consulta. Fiz a consulta. E, agora, a Câmara vem e diz: não, nós vamos informar o LABI. Como assim? Que respeito tem com a Instituição se representa aqui. Eu já falei isso e não vou voltar a repetir. Nós precisamos ter um alinhamento. O que foi deliberado? Se ficar nesse vai e vem, como tomar uma postura séria dentro do Conselho e alinhada? Eu acho que nós temos que ter esse alinhamento. Eu me reservo o direito de pensar dessa forma. Conselheiro Léo faz uso da palavra: Vamos ver se entramos num consenso. Conselheira Luma, no Regimento Interno do CNCD/LGBT há possibilidade da construção de grupos de trabalho deste Conselho. A minha sugestão, Conselheira Liliane, Conselheira Luma e Plenário, é que se construa um grupo de trabalho sobre a formação do DISQUE 100. E, que sejam convidadas essas pessoas que a Luma trouxe o nome aqui para construção. Dentro desse grupo de trabalho vai determinar se será uma consultoria ou será de forma voluntária. Aqui no Governo Federal ninguém trabalha de graça. Só nós que somos Conselheiros. Minha sugestão é que saísse daqui um grupo de trabalho para a formação do DISQUE 100 e que nele já tivesse a Conselheira Luma e alguém da Câmara de Combate à Violência, a Conselheira Liliane que está falando muito disso. Mais os convidados externos, que ela tem citado. Se o Governo Federal tiver algum nome para incluir nesse processo, e elaborar um desenho de como vai ser essa formação e quem está em condições, hoje, no Brasil,

que eu entendo que seja a ABEH, e fazer essa formação, daqui até o próximo Pleno, que é em agosto, esse grupo de trabalho já poderia se reunir, inclusive para trazer algo mais objetivo para o Plenário para nós encaminharmos como será essa formação. Essa seria a minha proposta formação de um grupo de trabalho, previsto no Regimento, Presidente. O Presidente faz uso da palavra: Conselheiro Léo está fazendo um encaminhamento em cima do que já foi encaminhado. Ninguém tem nada contra a criação de um grupo de trabalho. Mas o que eu encaminhei, primeiro, foi de que esperássemos para ver como ficará toda a estrutura do DISQUE 100. Formar um grupo de trabalho, agora, sem que nós saibamos toda essa questão para saber com quem vamos dialogar: se é com diretoria; se é com Coordenadoria. Esse Governo ainda não definiu como ficará a estrutura da Ouvidoria e do DISQUE 100. Conselheira Tathiane faz uso da palavra: É esse o encaminhamento mais prudente. Estamos nesse momento, como Conselho, mais preocupados se essa estrutura vai continuar forte e qual é a nossa incisão para isso. Eu peço a Conselheira Luma, e já vamos ter uma conversa da Mesa Diretora, ontem eu até chamei atenção disso no momento da reunião, o nível de participação do Leandro. O que aconteceu, Conselheira Luma, não foi um desrespeito. Foi só uma falta de entendimento, de até onde ia essa participação da ABEH. Eu mesma provoquei pensando nessa situação, de como seria o nível da pessoa colaborar: como consultoria? São pessoas que vão trabalhar e vão produzir pela causa, que sejam valorizadas. Houve uma preocupação, ontem sim, e eu recomendei na hora, mas eu entendo que nesse calor, principalmente, com essa questão das decisões que você viu que nós tomamos. Não houve *expertise* da minha parte para conversar isso na hora da Mesa Diretora. É um papel, não da Conselheira Liliane, porque ela já estava ocupada com a relatoria, meu de dialogar com a Conselheira Luma. Há vontade de ajustar isso, mas não foi possível. Mas um grupo de trabalho, agora, no meio de uma chuva de informações erradas, que nós não temos certeza, eu acho que é mais o encaminhamento de Zezinho que nós esperemos ter uma conclusão, alimentados de informações. O Presidente faz uso da palavra: do que tinha aqui para definirmos já terminou. Com isso, eu encerro a 39ª Reunião Ordinária do CNCD/LGBT e peço que a Sociedade Civil que está, hoje, fazendo parte deste mandato, permaneça nesta sala. O Conselheiro Daniel faz uso da palavra: Nós, da Sociedade Civil fez uma moção de alerta para o Congresso sobre a Conjuntura e precisávamos aprovar: Moção de alerta: O CNCD/LGBT vem se manifestar ao Congresso Nacional que autorize o STF a processar o Presidente Michel Temer pelos crimes que está sendo acusado pela Procuradoria Geral da República. O atual governo ilegítimo de Michel Temer que está fragilizado politicamente, continua se articulando para limitar os direitos de nossa classe trabalhadora, investindo nas reformas da Previdência e da Trabalhista, ambas têm apoio Popular que interfere, diretamente, nos direitos das populações, historicamente, vulnerabilizadas, como, por exemplo: negras, mulheres, LGBT, dentre outras. A popularidade do governo Michel Temer está em, apenas, 7%. Ou seja: a maioria população brasileira já demonstrou que não quer esse governo. É importante frisar que Michel Temer é o primeiro Presidente da República do Brasil acusado pelo crime de corrupção. E, corre o risco de ser acusado de obstrução da justiça e formação de quadrilha, pelo Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido, o CNCD/LGBT conclama o apoio de todos deputados, todas as deputadas federais, senadores e senadoras para que o Congresso Nacional autorize o STF a processar o Presidente Michel Temer. Diante dessa complexa conjuntura, em consonância com os movimentos populares que defendem a Democracia e os Direitos Sociais, o CNCD/LGBT se posiciona: que seja autorizado o processo de Michel Temer no STF; nenhum direito a menos; apoia a greve dos trabalhadores e das

trabalhadoras, convocada para o dia 30 de junho, sexta-feira, pelas Centrais Sindicais e não aceitamos eleições indiretas. Conselheiro Washington faz uso da palavra: Eu só queria acrescentar dentre outras populações, mas seria importante colocar os povos indígenas por causa daquela CPI. Conselheira Luma faz uso da palavra: acrescentar que é o primeiro Presidente, em exercício do cargo. Que esse documento possa ser entregue que o documento, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados e que tenha alguém parceiro que possa ler no Plenário. Que algum Deputado ou Senador possa ler. O Presidente faz uso da palavra: Conselheiros e Conselheiros, votação nominal: Conselheiro Daniel, FONAJUNE vota sim para a Moção e pelas diretas, já. Conselheira Liliane, o CFESS vota sim, pela Moção, porque o CFESS não aceita eleições indiretas e esse governo que está no poder. Conselheiro Léo Mendes, a ARTGAY vota sim, inclusive pelos aos usuários de crack na Cracolândia e os hipócritas que estão despachando 600 kg de cocaína das suas fazendas no Brasil e prendendo gente que está usando crack, em São Paulo. Então, para acabar com essa hipocrisia que o STF começa a prender quem vem fazendo tráfico, corrupção e formação de quadrilha, nesse país. Conselheiro Walmir, a CUT vota sim, em favor das diretas já. Conselheiro Clóvis, a ABGLT vota sim, pelas diretas, já. Conselheiro Cássio, a ARTGAY JOVEM vota sim. Conselheiro Lucas, a OAB vota sim. Conselheira Tathiane, a Rede Trans vota sim. Conselheira Janice, a ABL vota sim. Conselheira Chopelly a ANTRA vota sim. Conselheiro Suplente Mauro, por ser suplente do MEC e não ter orientação da Conselheira Titular, que é a minha coordenadora geral, me abstenho. Conselheira Luma, a ABEH vota sim, pelas travestis do passado, do futuro e do presente. Conselheiro Gil, a CMP vota sim, pela população LGBT, pelo fora temer, pelas diretas, já e por nenhum direito a menos. Conselheiro Fábio, por não ter orientação da Secretaria da Previdência, me abstenho. Conselheira Jéssica, o Ministério da Saúde se abstém. Conselheiro Frederico, a SDH se abstém. Zezinho do Prado, a CNTE vota sim. Conselheiro Washington, a Rede Afro LGBT vota sim. O Presidente faz uso da palavra: por maioria absoluta, com abstenções a moção de alerta está aprovada.